

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

AGNES BORCHARDT BARBOSA

**Da roça à mesa: produção de alimentos saudáveis a partir de uma alternativa
sustentável de comercialização – o caso da Feira agroecológica ARPA-SUL no município
de Canguçu, RS**

**Canguçu
2017**

AGNES BORCHARDT BARBOSA

Da roça à mesa: a produção de alimentos saudáveis a partir de uma alternativa sustentável de comercialização – o caso da Feira agroecológica ARPA-SUL no município de Canguçu, RS.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Fabiana Thomé da Cruz

Coorientadora: Msc. Jaqueline Patrícia Silveira

**Canguçu
2017**

AGNES BORCHARDT BARBOSA

Da roça à mesa: a produção de alimentos saudáveis a partir de uma alternativa sustentável de comercialização – o caso da Feira agroecológica ARPA-SUL no município de Canguçu, RS.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Fabiana Thomé da Cruz - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Rumi Regina Kubos – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Tatiana Miranda – UFRGS

Dedico essas escritas...

*À minha mãe e ao meu pai pelo exemplo de perseverança, luta e resistência!
Obrigada por terem, na “caixa da feira”, me criado.*

*Às agricultoras e agricultores agroecológicos que contribuíram nesta pesquisa.
Obrigada pelo aprendizado e partilha.*

AGRADECIMENTOS

“Quem tem um/a amigo/a, mesmo que um/a só, não importa onde e quando se encontrem, jamais sofrerá de solidão. Pode até “morrer” de saudades, mas não estará só”
Amyr Klink

Escrever os agradecimentos tem para mim a sensação de felicidade. Dessa forma agradeço a todos/as que cultivam a vida com amor! Em especial minha família: a mãe pelos “potinhos” de comida; ao pai por tornar a casa alegre e a vida mais leve; à vó, que sempre me incentivou a estudar; ao mano e a Su que durante este tempo, mesmo que longe fisicamente, sempre estiveram perto. Obrigada por estarem juntos e sonharem comigo o desejo de ser uma bacharela!

Aos agricultores/as familiares com quem realizei a pesquisa. Obrigada por produzirem comida de verdade todos os dias! Obrigada pelo carinho, cuidado!

A Professora orientadora, Fabiana Thomé da Cruz e a coorientadora Jaqueline Silveira. Obrigada pela ajuda e dedicação na elaboração deste trabalho. Pelo engajamento e sensibilidade de vocês ao longo do processo.

Aos colegas de curso, em especial a Ivonete Ávila, Elenice Silveira e Mirian Costa; Rodolfo Hax, Edo Wagner e Sidnei Hall pelo aprendizado, amizade e as tarefas realizadas em grupo. Obrigada pelas estadias em São Lourenço do Sul;

Aos amigos e amigas da vida. Em especial as manas do coração Denise Martins e Tati Coutinho pela amizade, pelos colos e pela partilha da vida;

A casa e a família de Santa Cruz, com a presença do Miró e da Frida que foram em muitos momentos minha companhia de escrita;

Aos colegas de trabalho da EFA, em especial a Patrícia Lovatto - grande mulher, sonhadora e lutadora por causas comuns;

A comadre Andreia pela afilhada Helena. Companheira de devaneios nos tempos de escrita, agradeço por trocar energias e compartilhar as angustias comigo;

Ao amor! Grande ser humano e companheiro de vida, Ismael! Como coloquei certa vez em uma foto nossa: acho que o amor é isso-querer explicar e não conseguir- tudo aquilo que a gente sente. Obrigada por tudo que a gente vive juntos!

À Deus por colocar pessoas especiais em meu caminho, pela vida!

“Não é o que você faz, mas quanto amor você dedica naquilo que faz que realmente importa”.

(Madre Tereza de Calcutá)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral compreender e analisar a trajetória da Feira Agroecológica da Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPA-SUL) no município de Canguçu, Rio Grande do Sul. Por meio de um estudo de caso com os agricultores/as que fazem parte dessa feira, buscou-se realizar um debate sobre a produção de alimentos saudáveis e o “caminho” que esses alimentos percorrem da lavoura dos agricultores/as até a mesa dos consumidores/as. A motivação para a pesquisa se deu a partir da tendência mundial relacionada à industrialização e à artificialização da comida, além do preocupante distanciamento entre os espaços de produção e de consumo de alimentos que compromete a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e a Soberania Alimentar das populações. O estudo apontou que a experiência pesquisada tem muitas contribuições ao contexto social da região de Canguçu, especialmente na (re)conexão entre quem produz e quem consome os alimentos. Esses agricultores/as, bem como seus clientes, têm acesso a alimentos saudáveis comercializados em espaços que extrapolam a questão comercial, constituindo-se como um local de troca de vivências e construção de saberes. Ao longo do trabalho percebeu-se os desafios da agricultura de base ecológica, na mesma medida em que é evidente a satisfação, por parte dos agricultores/as, em produzir, consumir e comercializar alimentos saudáveis.

Palavras-chave: Agroecologia. Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional. Feira Agroecológica. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

The present study aims to understand and to analyze the trajectory of Farmers Market promoted by the Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPA-SUL) in Canguçu, a municipality of Rio Grande do Sul. Through a case study with the farmers who are part of this market, a debate has developed on the production of healthy foods and the "way" that these foods go from the farmers' field to the consumer's table. The motivation for this research came from the worldwide trend towards industrialization and the artificialization of food, as well as the worrying distance between the spaces of production and consumption of food that compromise the Food and Nutrition Security (FNS) and Sovereignty Food of the population. The study pointed out that the experience researched has many contributions to the social context in Canguçu, especially in the (re)connection between who produce and who consume these foodstuffs. These farmers, as well as their clients, have access to healthy foods commercialized in spaces that extrapolate the commercial issue, constituting a place of exchange of experiences and construction of knowledge. Throughout the study was identified the challenges of agricultural production system based on agroecology as well as the farmers' satisfaction in producing, consuming and commercializing healthy food.

Key words: Agroecology. Food and Nutrition Security and Sovereignty. Agroecological Fair. Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Localização do município de Canguçu – RS | 32 |
| Figura 2 – Feira da ARPA-SUL na Av. Dom Joaquim em Pelotas – RS no ano de 1997 | 37 |
| Figura 3 – Imagem da Feira da ARPA-SUL em Canguçu | 41 |
| Figura 4 – Rótulo de identificação do produto | 42 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Produção agrícola brasileira de 2002 a 2011, em milhões de hectares | 21 |
| Tabela 2 – Classificação e efeitos e/ou sintomas agudos e crônicos dos agrotóxicos..... | 24 |
| Tabela 3 – Movimentação financeira anual..... | 55 |
| Tabela 4 – Ganho médio mensal por família em 2016..... | 56 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção Ambiental

ARPA-SUL - Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul

CAE - Centro de Agricultura Ecológica

CAPA - Centro de Apoio a Promoção da Agroecologia

CCC- Cadeia Curta de Comercialização

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DCNT - Doenças Crônicas não Transmissíveis

ECOVIDA - Rede de certificação

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IECLB - Igreja de Confissão Luterana no Brasil

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OCS – Organização Controle Social

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 2. CONSTRUINDO A BASE CONCEITUAL PARA O DEBATE | 18 |
| 2.1. Modernização da Agricultura e os impactos da Revolução Verde | 18 |
| 2.2. Agrotóxicos e a saúde humana..... | 22 |
| 2.3. A Agroecologia como ciência..... | 25 |
| 2.4. Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar | 27 |
| 2.5. As Feiras Agroecológicas e a produção de alimentos saudáveis | 29 |
| 3. O CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO | 31 |
| 4. A VIDA DOS/AS AGRICULTORES/AS POR ELES/AS MESMOS/AS | 34 |
| 4.1. A fundação da ARPA-SUL..... | 34 |
| 4.2. A Feira Agroecológica da ARPA-SUL em Canguçu – RS..... | 39 |
| 4.3. A dimensão social da vida na Feira: os agricultores/as e o trabalho de grupo..... | 46 |
| 4.4. As influências da Feira na vida dos agricultores/as | 53 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 61 |
| BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS | 65 |
| APÊNDICES | 69 |

1. INTRODUÇÃO

Alimentos processados industrialmente têm contribuído para o aumento de doenças relacionadas à alimentação. Essas doenças têm sido chamadas de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT¹). As DCNT são resultado de diversos fatores, determinantes sociais e condicionantes, além de fatores de risco individuais como tabagismo, consumo nocivo de álcool, inatividade física e alimentação não saudável.

Esse tema tem recebido grande evidência nos últimos anos, especialmente nos meios acadêmicos, sobretudo com relação a qualidade dos alimentos, gerando debates relativos a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Soberania Alimentar. Sendo a alimentação indispensável para a manutenção da vida, os debates sobre esse tema tornam-se muito importantes, tanto aqueles relativos à falta de comida para alimentar a população mundial, quanto aqueles que discutem a qualidade nutricional e a adulteração dos alimentos, visto que, pela alimentação, pode-se morrer de fome ou envenenado.

Apesar de nos últimos anos ter ocorrido redução relativa nos índices de pobreza no meio rural, atualmente ainda existem muitas pessoas passando fome. Nesse sentido, o maior problema, segundo Soglio e Kubo (2009), não é a quantidade de alimentos que são produzidos, mas as condições em que as populações têm ou não acesso a esses alimentos.

Além disso, como defende Trivellato (2017) em artigo publicado na Revista Ciência & Saúde Coletiva, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a Insegurança Alimentar é mais prevalente no meio rural. A autora mostra, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada em 2004, 2009 e 2013, e também na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006, que o meio rural ainda apresenta níveis de pobreza preocupantes, que combinados à baixa escolaridade, contribuem para a instalação de um quadro que indica a pertinente necessidade de ações voltadas a esse público.

Sou filha de agricultores Agroecologistas², nasci e cresci no campo, e atualmente minha relação com o rural se baseia nas vivências e saberes construídos junto à comunidade de

¹ Sobre essas doenças, veja mais em Souza et al (2017) também em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/671-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/doencas-cronicas-nao-transmissiveis/14125-vigilancia-das-doencas-cronicas-nao-transmissiveis>.

² Neste estudo, são entendidos como agricultores/as Agroecologistas aqueles que seguem os preceitos da agroecologia em seus processos produtivos. Stephen Gliessman – importante autor da área – define a agroecologia como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2001, p. 54). Cabe ressaltar, no entanto, que esse é um conceito um tanto complexo e amplamente debatido por diferentes correntes teóricas, sendo esse tema retomado com maior profundidade na sessão 2.3 deste trabalho.

agricultores/as com os/as quais dividi conquistas e desafios e que ao longo dos anos me mostraram a importância e a “boniteza” do trabalho com a terra.

Minha experiência de vida e as inquietações que emergiram durante o desenvolvimento do PLAGEDER despertaram meu interesse em compreender em que medida a organização da produção e dos espaços de comercialização podem ser analisadas na redução da distância entre o campo e a cidade, com foco particularmente na alimentação. Como evidencia Renato Jamil Maluf:

Pode-se dizer que grande parte do sofrimento pelo qual passa uma parcela significativa da população mundial está relacionada a questões alimentares e nutricionais, seja pela ausência do alimento, seja por sua má qualidade, seja por condições de vida e de saúde que impedem o seu aproveitamento adequado (MALUF, 2007, p.5).

Além disso, Maluf também acrescenta que:

[...] isto não deveria ocorrer num país com grande disponibilidade de recursos naturais e capacidade de trabalho e na verdade não há qualquer fatalidade provocando tal realidade. Pelo contrário, causas identificáveis e conhecidas em sua maioria colocam o Brasil na condição de um dos campeões mundiais em desigualdade social (MALUF, 2007, p.5)

Com base nos argumentos apresentados por Maluf (2007), acredito que é preciso pensar alternativas de desenvolvimento mais efetivas para o meio rural, sobretudo se aliado à melhoria no acesso a alimentos de qualidade para a população urbana.

Por meio das minhas vivências familiares, tive contato muito próximo com um grupo de agricultores/as ligados à Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul – ARPA-SUL, associação de, aproximadamente, vinte e oito famílias de agricultores/as Agroecologistas residentes nos municípios de Canguçu, Morro Redondo, Turuçu, Arroio do Padre e Pelotas. Donos de propriedades cujas áreas variam de 0,5 a 30 hectares, esses agricultores/as se organizam há 22 anos a fim de potencializar a comercialização de sua produção³.

As feiras agroecológicas de comercialização da produção que começaram, em um primeiro momento, a ser realizadas no município de Pelotas, RS, passando, há cerca de oito anos, a acontecer também no município de Canguçu, RS, apresentam como diferencial os

³A autora é filha de um casal de agricultores associado à ARPA-SUL, possui vínculo e acompanha o grupo sempre que possível.

produtos cultivados sem a utilização de agrotóxicos⁴, comercializados pelos próprios agricultores/as. A venda acontece de forma direta entre agricultores/as e consumidores, não há atravessadores, são os agricultores/as quem transportam os produtos, montam suas bancas e comercializam os produtos. Diferentemente dos supermercados, por exemplo, nessas feiras são comercializados somente produtos regionais e da estação, adaptados ao clima e à cultura alimentar da região.

Essa é uma experiência que parece apontar uma alternativa de desenvolvimento para o meio rural, sobretudo no que tange às questões alimentares. Esses agricultores/as, bem como seus clientes, têm acesso a alimentos saudáveis comercializados em espaços que extrapolam a questão comercial e representam espaços de troca de vivências e saberes.

No entanto, em que pese o êxito da experiência relatada, a questão que se coloca é se feiras, como as organizadas pela ARPA-SUL, podem ser reproduzidas em outros contextos sociais, econômicos e culturais. Seria a organização de feiras agroecológicas um caminho possível para o enfrentamento do problema da insegurança alimentar no meio rural e na cidade? A produção de alimentos agroecológicos e a construção de redes de comercialização desses alimentos é uma alternativa viável para fomentar o desenvolvimento rural?

Os modelos de desenvolvimento rural convencionais, propostos pela revolução verde, conforme será aprofundado no Capítulo 2 deste trabalho, tinham como objetivo aumentar a produção de alimentos no mundo e, conseqüentemente, reduzir a fome. No entanto, isso não aconteceu. O que vimos na verdade foi o aumento da produção de *commodities*⁵. É ilusório pensar que os modelos de agricultura altamente dependentes de insumos sintéticos venham a ser eficientes em todo o mundo.

De acordo com o relatório sobre alimentação e agricultura⁶, lançado em 2015 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 795 milhões de

⁴ A lei dos agrotóxicos (BRASIL, 1989) e o decreto que a regulamenta (BRASIL, 2002) definem que essas substâncias são os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

⁵ Termo em inglês, plural de *Commodity* ou, em português, comódite, que significa produtos primários, grãos ou minérios em geral pouco processados. Podem ser estocados por certo tempo e são comercializados em todo o mundo, tendo em geral suporte de espaços de negociação (compra e venda) nas bolsas de mercadorias que definem os preços pagos no mercado.

⁶ O “Estado de Agricultura e Alimentação” que é a principal publicação anual da FAO (Organização mundial de agricultura e alimentação), visa trazer para público mais amplo avaliações científicas baseadas em questões importantes sobre alimentação e agricultura.

pessoas passam fome no mundo, o que nos mostra que discutir o tema da alimentação e as formas de garanti-la, não apenas em quantidade suficiente, mas com a qualidade adequada, é um grande desafio.

O relatório da FAO (2015) também apresenta que o Brasil reduziu em 82,1% o número de pessoas subalimentadas no período de 2002 a 2014. Esses avanços estão diretamente relacionados aos programas governamentais aplicados a pessoas de baixa renda, como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que além de contribuir diretamente na alimentação, também geram renda para agricultores/as familiares.

No entanto, por mais que, nos últimos anos, tenha diminuído o número de pessoas em situação de fome no Brasil, boa parte das pessoas ainda consomem alimentos de baixa qualidade nutricional, como, por exemplo, enlatados, embutidos, alimentos contaminados, etc. Além disso, segundo relatório da FAO (2013), cerca de um bilhão de toneladas de alimentos produzidos no mundo são desperdiçados a cada ano. No caso de hortaliças e frutas, o desperdício é maior, visto ser um alimento frágil e perecível e a maioria das perdas ocorrem durante o transporte, muitas vezes realizado por longas distâncias.

Diante disso, parece relevante a investigação sobre o tema da alimentação assim como pertinente repensar de maneira geral os modelos de desenvolvimento rural. Potencializar o comércio de alimentos agroecológicos e aproximar agricultores/as e consumidores/as a partir de cadeias curtas de comercialização podem ser formas de rever as estratégias que, de maneira mais hegemônica, estão orientando os cultivos agrícolas.

Para José Lutzemberg (2001), engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fundador da Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (AGAPAN) e da fundação GAIA, um dos principais militantes da causa ambiental brasileira:

O argumento convencional em favor dos métodos da agricultura moderna é que eles constituem a única maneira eficiente de resolver o problema da fome mundial e da alimentação das massas que ainda estão por vir com a explosão populacional. Mas isto é uma ilusão. É certo que os métodos agrícolas tradicionais poderiam ser aperfeiçoados com o conhecimento científico atual, principalmente o de como as plantas crescem, o da estrutura, da química e da vida do solo, bem como o do metabolismo das plantas. Mas o aperfeiçoamento não precisa ser direcionado para monoculturas gigantescas, altamente mecanizadas, com toda a parafernália dos fertilizantes comerciais e venenos sintéticos, com a produção agrícola sendo transportada pelo mundo todo. A grande monocultura foi uma invenção do colonialismo. (LUTZEMBERG, 2001, p. 61)

Lutzemberg (2001, p. 62) ainda defende que “para além disso, o problema da agricultura moderna é que ela não é sustentável. Mesmo se fosse tão produtiva quanto é afirmado, o desastre seria apenas postergado e, então, muito pior”. Nessa direção, é possível dizer que a agroecologia tem se mostrado, crescentemente, como uma alternativa para o desenho de agroecossistemas mais sustentáveis. Ela promove a inclusão social e, a partir do trabalho de agricultores/as como os meus pais, desenvolve importante trabalho de contribuição a soberania e a segurança alimentar do país.

Diante desses argumentos, ficou evidente a importância de pesquisar o desenvolvimento rural a partir de perspectiva de produção de alimentos limpos. A preocupação, porém, não foi apenas debater a questão da produção de alimentos saudáveis, mas de pensar, sobretudo, o “caminho” que esses alimentos percorrem da lavoura dos agricultores/as até a mesa do consumidor/a urbano, buscando a melhoria do acesso a alimentos de qualidade para a população.

Desse modo, buscando aprofundar esse debate, busquei realizar um estudo de caso com o grupo de feirantes da ARPA-SUL no município de Canguçu, RS. Esta pesquisa se propôs, em seu objetivo geral, compreender e analisar a trajetória da Feira Agroecológica da ARPA-SUL no município de Canguçu. Além disso, com os objetivos específicos pretendeu-se:

1. Registrar a história dos agricultores/as que integram a ARPA-SUL, em especial aqueles que realizam a feira no município de Canguçu.
2. Descrever o funcionamento da feira agroecológica organizada pela ARPA-SUL no município de Canguçu,;
3. Identificar, a partir da perspectiva dos feirantes, como essa forma de organização produtiva/comercial influencia suas vidas.

Com um diagnóstico detalhado do modo de organização e funcionamento da feira, foram apontadas, a partir de suposições analíticas, melhorias e soluções a fim de contribuir com a continuidade do trabalho desses agricultores/as no município. O texto está estruturado a partir de uma revisão de literatura, apresentada no Capítulo 2, seguida da descrição dos procedimentos metodológicos de geração de dados, apresentados no Capítulo 3. Posteriormente, são apresentadas as discussões acerca das entrevistas realizadas com os agricultores, buscando vincular o debate com os conceitos que fundamentam o trabalho. Nos apêndices são apresentados, além de alguns materiais de pesquisa, a configuração sócio-familiar dos agricultores/as envolvidos na pesquisa.

2. CONSTRUINDO A BASE CONCEITUAL PARA O DEBATE

Nesse capítulo estão abordados temas que fundamentam os debates realizados neste trabalho. Inicialmente, apresento um breve histórico sobre o processo de modernização da agricultura, abordando as transformações e implicações da conhecida “Revolução Verde” para o contexto agrícola mundial. Posteriormente, são apresentados alguns dos impactos da intensificação do uso de agrotóxicos na agricultura, seguidos por concepções a respeito da Agroecologia, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Soberania Alimentar. O fechamento do capítulo apresenta as feiras agroecológicas como um importante espaço de comercialização da produção da agricultura familiar.

2.1. Modernização da Agricultura e os impactos da Revolução Verde

A modernização da agricultura trouxe para a sociedade ocidental intensas e marcantes transformações econômicas, sociais, culturais e educacionais. Nesse cenário, intensificaram-se os debates em torno das mudanças ocorridas com relação ao uso da terra e seu importante papel como meio para a produção de alimentos.

No escopo do contexto de modernização dos processos agropecuários, pode-se dizer que as principais transformações ocorridas na agricultura mundial tiveram início com a chamada Revolução Verde, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, um pouco mais tarde (décadas de 1960 e 1970), essa revolução, com seus pacotes tecnológicos, influenciou os processos agrícolas mudando a vida de muitos agricultores/as, substituindo formas de produção agrícola, utilizadas a décadas, por inovações tecnológicas que prometiam qualificar os processos produtivos.

Segundo Andrioli (2007),

O avanço técnico – científico é visto como a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade. Facilitação do trabalho humano e o aumento de sua produtividade, a criação de condições materiais para uma vida digna, expansão da circulação de mercadorias e o desenvolvimento da indústria, dos meios e da infraestrutura de transporte, bem como da rede de comunicações não teriam sido possíveis sem o emprego e o avanço da ciência e da técnica. Porém o seu desenvolvimento, considerado historicamente, especialmente desde o início da industrialização capitalista, tem também lados sombrios cada vez maiores: progresso e destruição são muitas vezes, apenas dois lados de uma mesma moeda. Consumo e destruição de recursos dos mais diversos gêneros, poluição maciça do ar, da água, do solo, mudanças climáticas e aquecimento global, a utilização massiva de tecnologias questionáveis. Logo, a industrialização da agricultura permite produzir cada vez mais

com menos força de trabalho e superar os limites da natureza, tanto quanto possível (ANDRIOLI, 2007, p. 45).

Assim, como sintetiza Andrioli (2007), a modernização da agricultura teve avanços, mas com impactos significativos para o ambiente. Em relação à mecanização, houve facilidades em relação ao manejo da terra. No entanto, essa mecanização causa efeitos negativos na natureza, como a compactação do solo, poluição do ar, além de ter um custo que nem todos os agricultores/as tem ou teriam condições de pagar por tais equipamentos.

Outro fator que integra a modernização da agricultura é a modificação das sementes, passando a partir da sua industrialização, a ser consideradas como uma mercadoria, convencional, híbrida, transgênica, etc. produzida e comercializada pela indústria. O uso indiscriminado dessas sementes compromete a soberania alimentar e nutricional, visto que boa parte dos agricultores/as até pouco tempo plantavam com sementes crioulas e hoje, para adquirir as sementes, precisam comprá-las.

Como argumentam Mielitz Netto, Melo e Maia (2010), “a modernização da agricultura brasileira foi desigual no sentido de não privilegiar todos os tipos de agricultores existentes, marginalizando, por vezes, alguns segmentos de produtores pela falta de acesso ao crédito, à assistência técnica, etc.” (NETTO; MELO & MAIA, 2010, p. 21)

Mesmo assim, nesse processo, nem tudo foi negativo. Delgado (1985) complementa que:

O aumento da produtividade permitiu o aumento da produção de matérias-primas e alimentos para a exportação e mesmo para o mercado interno. Mesmo a produção de alimentos para abastecimento das cidades, apesar de dificuldades que teriam a ver com orientações da política econômica, teria sido "bastante razoável". A alteração da base técnica da agricultura, associada à sua articulação "com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais" levou à formação do chamado "complexo agroindustrial" (DELGADO, 1985, p. 19).

Para esse autor, a mecanização tornou os métodos de produção mais eficientes com a aplicação de inovações tecnológicas no meio rural. Os produtos passaram a ser produzidos mais rapidamente, barateando o preço e estimulando o consumo.

No entanto, cabe lembrar que esse mesmo pacote tecnológico ocasionou outros problemas, principalmente se considerarmos o impacto social sobre a população do meio rural. As máquinas foram substituindo, aos poucos, a mão-de-obra humana, resultando em grande migração da população para a cidade.

Para além disso, com o passar do tempo, estabeleceu-se preocupante desvinculação cultural entre o fazer prático na agricultura e os saberes populares experimentais construídos por gerações. Esses saberes, que contemplavam todo o processo produtivo, estavam na mão dos agricultores familiares conferindo-lhes maior autonomia e domínio do processo como um todo.

Nessa perspectiva, Lutzemberg (2001) compara o agricultor/a moderno com uma pequena engrenagem em uma enorme infraestrutura tecnoburocrática. O autor argumenta que comparado com seus antecessores que faziam quase tudo o que estivesse relacionado com a produção, o processamento e a distribuição de alimentos, ele não é muito mais do que um tratorista e um espalhador de veneno.

Assim, o conceito de agricultura que emerge pela Revolução Verde, aceito quase sem questionamento por muito tempo no meio acadêmico, foi e ainda é amplamente difundido por diversos meios de comunicação e extensão rural. Os agricultores/as, em sua maioria, acreditam nele e, frequentemente, quando marginalizados, culpam a si mesmos por sua incapacidade para competir.

Logo, o principal problema não é tanto se nossos alimentos se tornarão de qualidade inferior e até nocivos, mas, trata-se de adicionar mais estruturas de dependência e dominação sobre os agricultores/as, além de incentivar um crescimento econômico que só interessa aos grandes produtores. Como defende Jose Lutzemberg (2001),

Os economistas convencionais de hoje, aqueles que nossos governantes ouvem – em sua visão não-holística – tratam as fábricas de tratores e colheitadeiras, a indústria de maquinário, as fábricas de fertilizantes químicos e agrotóxicos, a indústria química, e assim por diante, como se nada tivessem a ver com alimentos. O que temos, então, com raras exceções, é redistribuição de tarefas e certas formas de concentração de poder nas grandes corporações, e não mais eficiência na agricultura. O camponês, que trabalhava para alimentar a população local, facilmente produzia 15 toneladas de comida por hectare, diversificando com mandioca, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar e grãos, mais verduras, uvas e todos os tipos de frutas, feno e silagem para o gado, além de criar porcos e galinhas. Mas ele não produzia PIB. O PIB só reflete fluxo de dinheiro, não leva em conta autossuficiência e mercado local. A conta do PIB interessa ao banqueiro, ao governo, às grandes corporações transnacionais, e nada tem a ver com o bem-estar da população. (LUTZEMBERG, 2001, p. 62)

Para além disso, os impactos da Revolução Verde são visíveis. Um fato preocupante é o aumento das lavouras para produção de *commodities*. Na Tabela 1, adaptada do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) (2015), podemos observar um recorte da variação da produção agrícola brasileira de 2002 a 2011, em milhões de hectares. A partir dos dados apresentados, é possível inferir que a produção de alimentos como arroz e feijão

apresenta redução na área de plantio enquanto a soja, que não é utilizada na alimentação humana, ganha espaço considerável a cada ano.

Tabela 1 – Produção agrícola brasileira de 2002 a 2011, em milhões de hectares

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Algodão | 0,8 | 0,7 | 1,2 | 1,3 | 0,9 | 1,1 | 1,1 | 1,2 | 1,4 | 1,7 |
| Arroz | 3,2 | 3,2 | 3,8 | 4,0 | 3,0 | 2,9 | 2,9 | 2,8 | 2,9 | 2,8 |
| Borracha | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,1 |
| Café | 2,4 | 2,4 | 2,4 | 2,3 | 2,3 | 2,3 | 2,3 | 2,2 | 2,1 | 2,2 |
| Cana | 5,2 | 5,4 | 5,6 | 5,8 | 6,4 | 7,1 | 8,2 | 9,5 | 10,0 | 11,0 |
| Feijão | 4,3 | 4,4 | 4,3 | 4,0 | 4,2 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,3 | 3,7 |
| Mandioca | 1,7 | 1,6 | 1,8 | 1,9 | 2,0 | 1,9 | 2,0 | 2,1 | 1,8 | 1,8 |
| Milho | 12,3 | 13,3 | 12,9 | 12,2 | 13 | 14 | 14,7 | 15,5 | 13,6 | 13,6 |
| Soja | 16,4 | 18,5 | 21,6 | 23,4 | 22,1 | 20,6 | 21,1 | 21,6 | 22,2 | 22,7 |
| Sorgo | 0,5 | 0,8 | 0,9 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 1,1 | 0,8 | 0,7 |
| Trigo | 2,2 | 2,6 | 2,8 | 2,4 | 1,8 | 1,9 | 2,4 | 2,6 | 2,4 | 2,2 |
| Citrus | 0,9 | 1 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 |
| Outros | 4,5 | 4,5 | 4,7 | 5,1 | 5,1 | 4,9 | 4,8 | 4,8 | 6,4 | 7,8 |
| Total | 54,5 | 58,5 | 63,0 | 64,3 | 62,6 | 62,3 | 65,3 | 68,4 | 69,0 | 71,2 |

Fonte: adaptado do Dossiê da ABRASCO (2015, p. 51).

Se o cenário atual relacionado à agricultura já é suficientemente preocupante, no que diz respeito à saúde pública deve-se levar em conta que as perspectivas são de agravamento dos problemas nos próximos anos devido ao aumento de doenças causadas pela contaminação de alimentos produzidos por monocultivos químico-dependentes. De acordo com as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para 2020-2021, a produção de commodities para exportação deve aumentar em proporções de 55% para a soja, 56,46% para o milho, 45,8% para o açúcar (ABRASCO, 2015, p.57).

Além de questões relacionadas à saúde, é importante considerar também que o modelo atual de desenvolvimento é desigual e excludente. Conforme Graziano da Silva (2003), dos 1,5 milhão de hectares de terras agrícolas em todo o mundo, 91% são destinados a monoculturas como trigo, arroz, milho, algodão e soja, altamente dependentes de insumos externos, como fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e grande quantidade de água para irrigação.

Ou seja, na sociedade moderna, na maioria das vezes, o que vemos é mais máquinas gigantes; mais adubos químicos, mais venenos, mais indústrias, mais atravessadores. Ricos

cada vez mais ricos e os pobres iludidos pelo consumismo incentivado numa inversão de valores do ser pelo ter (conceitos de desenvolvimento, na sua maioria, ligados ao crescimento econômico). Não será esse modelo de agricultura, que se diz altamente desenvolvido, o responsável por transformar a agricultura familiar “pobre” e em regiões fantasmas no futuro?

É preciso uma nova forma de balanço econômico que, à medida que soma o que é chamado “produtividade” ou “progresso” na agricultura, também deduza todos os custos: a devastação ambiental, a perda da biodiversidade, os malefícios causados na saúde humana, etc. É preciso, sobretudo, olhar para o meio rural não apenas como um produtor de grãos para o mercado internacional das bolsas de valores e das grandes indústrias, mas como um espaço rico e necessário para a produção de alimentos saudáveis para o ser humano e para a preservação da natureza.

2.2. Agrotóxicos e a saúde humana

A intensificação da agricultura tem demonstrado resultados prejudiciais ao meio ambiente, a qualidade do ar, da água e dos alimentos. Ano a ano tem crescido a utilização de inseticidas e fungicidas na agricultura, aumentando, conseqüentemente, o desequilíbrio ecológico.

Desde 2008, segundo o Dossiê da ABRASCO (2015), que constitui um denso apanhado conceitual sobre o tema e, como diz em seu título, faz “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, o Brasil ocupa o lugar de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Conforme o mesmo documento,

Os impactos na saúde pública são amplos, atingem vastos territórios e envolvem diferentes grupos populacionais, como trabalhadores em diversos ramos de atividades, moradores do entorno de fábricas e fazendas, além de todos nós, que consumimos alimentos contaminados. Tais impactos estão associados ao nosso atual modelo de desenvolvimento, voltado prioritariamente para a produção de bens primários para exportação (ABRASCO, 2015, p. 37).

Ainda segundo o Dossiê da ABRASCO (2015), o processo produtivo agrícola brasileiro está cada vez mais dependente dos agrotóxicos e fertilizantes químicos. Outro aspecto impactante é que, segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), “enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos” (ABRASCO, 2015, p. 49).

Segundo dados disponíveis no relatório anual da FAO (2008), o consumo de fungicidas no cultivo de hortaliças aumentou, atingindo uma área de aproximadamente 800 mil hectares, contra 21 milhões de hectares somente na cultura da soja (ABRASCO, 2015, p.56). No entanto, apesar da diferença entre o uso de fungicidas na horticultura e na sojicultura, esse dado ainda é extremamente preocupante visto que boa parte da população consome hortaliças *in natura* expondo de forma perigosa o consumidor, o ambiente e os agricultores/as.

Das frutas e hortaliças consumidas pelos brasileiros, um terço está contaminado pelos agrotóxicos, segundo análise realizada pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), conduzido da Anvisa (2011). O nível médio de contaminação está distribuído pelas culturas agrícolas da seguinte maneira: pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%), alface (54,2%), cenoura (49,6%), abacaxi (32,8%), beterraba (32,6%) e mamão (30,4%), além de outras culturas analisadas e registradas com resíduos de agrotóxicos, (BRASIL. ANVISA, 2011). Segundo a Anvisa,

Trata-se de ingredientes ativos com elevado grau de toxicidade aguda comprovada e que causam problemas neurológicos, reprodutivos, de desregulação hormonal e até câncer (...) Apesar de serem proibidos em vários locais do mundo, como União Europeia e Estados Unidos, há pressões do setor agrícola para manter esses três produtos (endosulfan, metamidofos e acefato) no Brasil, mesmo após serem retirados de forma voluntária em outros países (BRASIL. ANVISA, 2011).

Na Tabela 2, são apresentados os sintomas de intoxicação aguda e crônica dos principais grupos químicos de agrotóxicos. Como podemos observar, os agrotóxicos em geral podem causar diversas doenças, tanto por intoxicação imediata pelo contato direto com a pele ou mucosas, como pelo acúmulo gradativo dessas substâncias no corpo ao longo dos anos. Informação que infelizmente muitos agricultores/as não conhecem.

Tabela 2 – Classificação e efeitos e/ou sintomas agudos e crônicos dos agrotóxicos

| PRAGA QUE CONTROLA | GRUPO QUÍMICO | SINTOMAS DE INTOXICAÇÃO AGUDA | SINTOMAS DE INTOXICAÇÃO CRÔNICA |
|--------------------|---------------------------------|---|---|
| Inseticidas | Organofosforados e carbamatos | Fraqueza, cólicas abdominais, vômitos, espasmos musculares e convulsões | Efeitos neurotóxicos retardados, alterações cromossômicas e dermatites de contato |
| | Organoclorados | Náuseas, vômitos, contrações musculares involuntárias | Lesões hepáticas, arritmias cardíacas, lesões renais e neuropatias periféricas |
| | Piretroides sintéticos | Irritações das conjuntivas, espirros, excitação, convulsões | Alergias, asma brônquica, irritações nas mucosas, hipersensibilidade |
| Fungicidas | Ditiocarbamatos | Tonteados, vômitos, tremores musculares, dor de cabeça | Alergias respiratórias, dermatites, doença de Parkinson, cânceres |
| | Fentalamidas | - | Teratogêneses |
| Herbicidas | Dinitroferóis e pentaclorofenol | Dificuldade respiratória, hipertermia, convulsões | Cânceres (PCP-formação de dioxinas), cloroacnes |
| | Fenoxiacéticos | Perda de apetite, enjoo, vômitos, fasciculação muscular | Indução da produção de enzimas hepáticas, cânceres, teratogêneses |
| | Dipiridilos | Sangramento nasal, fraqueza, desmaios, conjuntivites | Lesões hepáticas, dermatites de contato, fibrose pulmonar |

Fonte: OPAS/OMS (1996).

Diante dos dados apresentados nesta seção, combinados a uma população mundial crescente e cada vez mais urbanizada, com a degradação acelerada dos recursos naturais, ficam as seguintes perguntas: Como alimentar uma população crescente de maneira ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa? Como tornar a agricultura brasileira mais sustentável, garantindo os ganhos de produtividade agrícola?

O grande desafio da agricultura talvez seja o de manter a produtividade dos cultivos na mesma proporção que a qualidade nutricional e sanidade dos alimentos, conservando ainda os recursos naturais de produção como o solo, água, ar e os micro-organismos vivos. No entanto, acredito que esse processo deva ser gradativo e construído por meios cientificamente comprovados e capazes de amparar os processos de transição de forma segura, principalmente

para os agricultores/as, que dependem da produção da terra o sustento de suas famílias. Na próxima seção serão apontadas algumas alternativas a esse respeito.

2.3. A Agroecologia como ciência

“As monoculturas produzem ausência e as ecologias existência”.

Boaventura de Sousa Santos

Desde a década de 1980, o conceito de agroecologia vem sendo amplamente discutido por diferentes linhas teóricas, inclusive com posicionamentos por vezes conflitantes, sobretudo se compararmos as correntes teóricas que a consideram como ciência com as que não consideram. Sendo assim, torna-se importante conceituar a forma como a agroecologia é entendida neste estudo, de modo que, apesar de não ser um consenso, entendê-la como ciência pode conferir a base necessária para a discussão proposta.

Inicialmente, busca-se ancorar esse conceito nas reflexões de Caporal e Costabeber (2001), que definem a agroecologia como uma ciência que se destina a apoiar a transição dos modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis. Os autores enfatizam, no entanto, que esse processo de transição precisa ser gradual ao passo que deve respeitar as características sociais e ambientais do meio.

Para Miguel Altieri (1989), a agroecologia utiliza-se de diferentes áreas do conhecimento para estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Para o autor, os objetivos da agroecologia não estão focados na maximização da produção de uma atividade em particular, mas na otimização dos agroecossistemas⁷ como um todo, o que impõe a necessidade de maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre todos os seres vivos envolvidos no processo. Ou seja, é muito importante adotar um enfoque sistêmico⁸ nas intervenções que visem a construção de agroecossistemas sustentáveis de modo a permitir uma análise ampla dos fatores que influenciam os processos produtivos.

Já Gliessman (2001) define a agroecologia como a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis. Nesse sentido, cabe a ressalva de que para além de um sistema de produção, a agroecologia é uma filosofia que

⁷Agroecossistema é a unidade fundamental de estudo, nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto.

⁸ Para mais informações, ver CAPRA, Fritjof (1983) – “O Ponto de Mutação”.

respeita as leis e as dinâmicas dos ecossistemas, uma produção com, e não contra, a natureza, que propõe novas formas de apropriação dos recursos naturais. “O objetivo da agroecologia é o desenvolvimento de uma agricultura, que seja simultaneamente ecológica, produtiva e rentável” (GLIESSMAN, 2001, p.51).

Assim, associada a forma de produção agroecológica está o estilo de vida dos agricultores/as, que há anos acumulam experiências e empregam o saber/fazer em seus processos cotidianos de produção. Conforme Viglizzo (2001):

A Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (VIGLIZZO, 2001, p. 88).

As atividades assentadas nessa perspectiva de produção mantêm suas raízes estabelecidas na agricultura familiar, alicerce para a perpetuação de valores passados de geração para geração, fruto de um longo processo de experimentação.

Com base nessas premissas, pode-se dizer que a agroecologia é um grande guarda-chuva teórico-prático composto por diferentes áreas do conhecimento, que valoriza os conhecimentos locais, concebendo a relação entre o ser humano e o ambiente de forma interdependente. É um processo de transição gradual de mudança, ocorrida através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas para estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

Quando analisada sob a ótica de abordagem sistêmica, a agroecologia tem como objetivo proporcionar as bases científicas para o processo de transição dos modelos de agricultura convencional para formas de agriculturas mais sustentáveis. Sobretudo, se considerarmos esse conceito de transição como um processo gradual de mudança capaz de respeitar o tempo e as especificidades socioambientais, teremos na agroecologia uma das alternativas possíveis para o modelo convencional de agricultura que agride a natureza e prejudica o ser humano.

Além disso, podemos entender a agroecologia como uma alternativa possível para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população assim como sua soberania com relação a escolha do modo de produção, comercialização e consumo dos alimentos. Esses importantes temas serão abordados na próxima seção deste trabalho.

2.4. Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar

Deixe que a alimentação seja o seu remédio e o remédio a sua alimentação - Hipócrates.

Ao longo dos últimos tempos, a questão da segurança alimentar e nutricional tem se tornado tema recorrente não só em fóruns, simpósios e encontros, mas no dia a dia das pessoas. O primeiro entendimento sobre Segurança Alimentar talvez esteja compreendido como a necessidade de garantir o alimento de cada dia, para si e para os outros. Segundo, Burity, Franceschini e Valente (2010):

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN é um conceito em permanente construção. A questão alimentar e nutricional está relacionada com os mais diferentes tipos de interesses e essa concepção, na realidade, ainda é assunto em debate por diversos segmentos da sociedade no Brasil e no mundo. Além disso, o conceito evolui na medida em que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade (BURITY, FRANCESCINI e VALENTE, 2010, p. 4).

Dentre os direitos humanos fundamentais, o Direito à alimentação é um Direito Social previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 90 de 2015. Para regulamentar esse direito, em 15 de setembro de 2006 foi publicada a Lei nº 11.346/06 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar, que visa a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dar outras providências.

No artigo 3º desse diploma legal está prevista a definição sobre SAN a qual,

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, art.3).

Como pode-se perceber, esse conceito é amplo e se refere à qualidade dos alimentos relacionando-se com questões culturais, econômicas e ambientais. Cabe ressaltar ainda que para compreendermos melhor o tema aqui discutido, é preciso também definirmos o conceito de Soberania Alimentar e entender que existe uma distinção entre eles. Para Burity, Franceschini e Valente (2010):

A soberania alimentar é um conceito de importância fundamental para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional. Relaciona-se ao direito dos povos de decidir sobre o que se produz e consome. Desta forma, importa à soberania alimentar a autonomia e as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares e camponeses, o que se reflete na produção de alimentos

de qualidade, seguros, diversos e adequados à cultura local, assim como em estratégias social, econômica e ambientalmente sustentáveis de produção de alimentos. Este conceito é também relevante no que diz respeito à soberania das nações e sua autossuficiência com relação aos alimentos para consumo interno. Remete-se ainda à preservação de sementes tradicionais (crioulas) e biodiversidade agrícola, além da valorização de cultura e hábitos alimentares de diversas populações. (BURITY, FRANCESCHINI e VALENTE, 2010, p. 12)

Segundo Helene, Marcondes e Nunes (1994) *apud* Gomes (2014) a questão é que, desde os anos 1990, supõe-se que a cadeia alimentar humana está nas mãos dos grandes produtores e das grandes corporações.

A expressão da “semeadura ao supermercado” descreve bem o domínio da indústria de alimentos da produção, da distribuição e na venda dos alimentos. Essa indústria tem poder sobre as safras, ou porque é proprietária da terra que produz alimento, ou porque ela arrenda, ou ainda garante a compra de toda a produção (HELENE; MARCONDES; NUNES, 1994, p. 5)

Além disso, é preciso pensar no conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) imaginando que os alimentos precisam não apenas ser saudáveis, mas precisam chegar até a população. Conforme nos apresenta Gomes (2014),

Em seu recente relatório sobre alimentação e agricultura, lançado em 2013, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) projeta que a população mundial deve chegar a 9 bilhões em 2050 e por isso será indispensável aumentar a produção de alimentos em 60%. A preocupação, porém, não é apenas em combater a fome e a desnutrição, mas garantir a produção de alimentos saudáveis, já que a baixa qualidade dos alimentos industrializados também tem gerado um aumento de doenças resultantes da má alimentação. (GOMES, 2014, p. 50)

Nesse sentido, Margarete Ingrid Guiesel (2010) em artigo intitulado “Comida boa em todas as mesas” publicado no jornal “O recado da terra” do Centro de Apoio a Promoção da Agroecologia (CAPA⁹), ressalta a necessidade de ampliar o debate sobre a produção agroecológica e da agricultura familiar, estimulando a valorização e a criação de mercados locais que se contrapõem ao sistema agroalimentar dominante. Segundo a autora:

Cabe aqui questionarmos quais os alimentos mais consumidos? Quem ganha e quem perde com a alimentação que vai à nossa mesa todos os dias? Tudo o que é comprado, precisamos de fato? A indústria aumenta a nossa lista de necessidades para atender a lógica vigente de que não temos mais tempo para cozinhar. Convém lembrar que

⁹O CAPA é uma organização não governamental da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, criado em 1978 na cidade de Santa Rosa com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor. Posteriormente com os debates sobre a importância do agricultor familiar e com o histórico e reconhecido trabalho da instituição com a agroecologia, o nome mudou para Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. Atualmente atua nos três estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. (CAPA, 2017)

comer é um ato político e nossa escolha deve ser a comida boa: livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes; que protege o patrimônio cultural e genético; que promove saúde, bem-estar e paz entre os povos, garantindo a soberania alimentar. Também precisa reconhecer o protagonismo das mulheres, respeitar os princípios da integralidade, universalidade e equidade (GUIESEL, 2010, p. 01).

Assim sendo, para entendermos o conceito de SAN, precisamos passar pela questão da Soberania Alimentar e por políticas públicas capazes de garantir este direito fundamental. Para além disso, precisamos pensar no acesso a esses alimentos a partir de mercados locais e circuitos curtos de comercialização, como é o caso das feiras agroecológicas, assunto que será abordado na seção a seguir.

2.5. As Feiras Agroecológicas e a produção de alimentos saudáveis

A palavra feira deriva do latim *feria*, que significa dia de festa, sendo utilizada para designar o local escolhido para efetivação de transações de mercado em dias fixos e horários determinados. É um formato tradicional de varejo, que não possui lojas físicas e, por essa razão, ocorre em instalações provisórias montadas nas vias públicas, localizadas em pontos estratégicos da cidade, em dias e horários determinados (COLLA et al., 2007; COELHO e PINHEIRO, 2009).

As feiras representam um importante espaço de comercialização da produção da agricultura familiar, visto o escoamento da produção agrícola ser uma das dificuldades enfrentadas pelos agricultores/as. Para Ribeiro et al. (2003), da função social da feira se desprende a possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar, pois a feira possibilita a agregação de valor aos produtos e colocação regular da produção, devido ao encurtamento da cadeia comercial.

Nesses espaços são construídos diversos mecanismos de troca de saberes onde o agricultor/a e o consumidor/a tem contato direto. Para Godoy e Anjos (2002),

As feiras livres constituem-se de uma intrincada teia de relações que configuram um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais, caracterizando-se primordialmente como uma atividade de trabalho informal essencialmente familiar, onde os envolvidos na operacionalização são geralmente membros da família, gerando por sua vez uma grande demanda de serviços diretos e indiretos como transporte, insumos, embalagens e atendentes (GODOY, ANJOS, 2002, p. 365)

E para, Mascarenhas e Dolzani (2008), as feiras no Brasil,

(...) constituem modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos (MASCARENHAS e DOLZANI, 2008, p. 75)

Nesse sentido, a Feira da ARPA-SUL em Canguçu, RS é um espaço com essas características, pois além de servir como estratégia de escoamento da produção das famílias envolvidas, funciona também como um espaço de difusão da agroecologia e da alimentação saudável e de valorização da agricultura familiar. Isso se torna especialmente importante frente aos impactos que a agricultura convencional vem causando no modo de alimentação atual em que se tem dificuldade de encontrar no comércio alimentos livres de agrotóxicos ou *in natura*.

Segundo Sacco dos Anjos et al. (2005) apud Pierri e Valente (2010),

No contexto atual, em que permanece a questão da segurança alimentar e nutricional, a importância das feiras adquire visibilidade em relação à disponibilidade e garantia de acesso a alimentos social e culturalmente referenciados. Apesar das novas pautas de consumo padronizadas, influenciadas pelos movimentos da globalização, e da grande disponibilidade e facilidade dos alimentos industrializados, os alimentos *in natura*, oferecidos na feira, são reconhecidos como alimentos de qualidade única (PIERRI, VALENTE, 2010, p. 15).

Nesse cenário, a agricultura familiar e as feiras agroecológicas apresentam-se como elemento importante (na lógica de produção e comercialização contra hegemônica), configurando-se como instrumentos de organização social, em um modelo de desenvolvimento alternativo, capaz de promover a inclusão social e a redução das desigualdades econômicas e políticas no meio rural, bem como favorecer acesso mais qualificado, com maior autonomia, à alimentação saudável.

Não basta apenas apoiar essa forma de produção de alimentos, mas é necessário também fortalecer os agricultores/as buscando melhorias e soluções para os problemas que eles enfrentam no dia a dia. Logo, faz-se necessário desenvolver pesquisas que possam contribuir com o fortalecimento dos agricultores/as e das redes que sustentam a comercialização dessa produção.

3. O CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO

Se considerarmos a palavra no sentido literal, “pesquisar” significa procurar respostas para indagações. No caso da “pesquisa científica”, compreende a busca por respostas a partir de um método previamente estabelecido. Nesse sentido, é possível afirmar que os questionamentos propostos neste projeto de pesquisa surgiram da vivência da autora como filha de um casal que experiência no dia a dia a agroecologia e vive cotidianamente os desafios de cultivar, beneficiar, processar e comercializar alimentos saudáveis semanalmente na feira da ARPA-SUL, nos municípios de Canguçu e Pelotas. Ou seja, as indagações propostas surgem da convivência com os agricultores/as que integram a ARPA-SUL e são fruto da interpretação que a autora faz dessa realidade.

Como afirma Leonardo Boff, “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha” (BOFF, 1998, p. 9). Nesse sentido, acredita-se que a íntima ligação da pesquisadora com os sujeitos pesquisados pode potencializar e referenciar as questões pesquisadas desde que mantido o distanciamento necessário a fim de alcançar a indispensável, e ao mesmo tempo ilusória, imparcialidade pretendida em qualquer pesquisa científica.

Para a realização deste estudo, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, utilizando como referencial teórico-metodológico a dialética que conhecidamente é composta por três momentos básicos: *tese* (se apresenta como uma ideia), *antítese* (contrapõe a tese apresentada) e *síntese* (surge do debate e construção de conhecimentos entre *tese* e *antítese*). Acredita-se que essa forma de fazer ciência fornece as bases necessárias para uma boa interpretação da realidade, pois permite a contraposição de ideias e a valorização de diferentes saberes, como nos ensinou o educador Paulo Freire em diferentes momentos de suas obras.

Como técnicas de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso, a fim de confrontar as informações empíricas com os documentos e obras sobre o tema. Realizou-se a pesquisa bibliográfica em trabalhos acadêmicos de autores referência na área e informações disponibilizadas na internet por órgãos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de órgãos governamentais ligados à temática. Paralelamente, realizou-se pesquisa documental, utilizando a documentação interna da organização, como o estatuto social, o livro de atas, arquivos históricos, etc. Finalmente, para a pesquisa de campo, utilizou-se como técnicas de geração de dados, entrevistas semiestruturadas com todas as famílias integrantes da feira da ARPA-SUL em Canguçu,

conforme roteiro presente no APÊNDICE A. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas.

Para delimitação da amostra assumiu-se que a totalidade das famílias que realizam as Feiras Agroecológicas da ARPA-SUL em Canguçu, RS e em Pelotas, RS (vinte e três famílias) iria saturar as informações e possivelmente tornar a amostra muito grande para o tempo e objetivos da presente pesquisa. Sendo assim, escolheu-se realizar a pesquisa com as nove famílias que realizam a feira em Canguçu, acreditando ser essa uma amostra significativa do segmento de feirantes dos municípios da região.

Canguçu está localizado na Serra dos Tapes, na latitude 31°23'42" sul e longitude 52°40'32" oeste, estando a uma altitude de 386 metros do nível do mar, na região sudeste do Estado, inserida no bioma pampa. Distante 60 km de Pelotas e 300 km de Porto Alegre (capital do Estado) o município faz limite ao norte com Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal; ao sul, Cerrito; a oeste Piratini e a leste Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – Localização do município de Canguçu – RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Canguçu

O município é considerado a capital nacional da agricultura familiar, título decorrente do número de imóveis rurais de 0,1 a 50 hectares (ha) que, juntos, somam 12.213 unidades, sendo que 9.947 são propriedades familiares (PREFEITURA CANGUÇU, 2017). O município está distribuído em cinco distritos e estes em 120 localidades. Sua área territorial apresenta

3.525 km² e a população total é de 55.801 habitantes, sendo que 65% destes residem no meio rural (33.565 habitantes) e a outra parcela da população reside na área urbana. (IBGE, 2015).

Sete das nove propriedades visitadas fazem parte do grupo de Agroecologia do Remanso e estão localizadas no 1º distrito do município de Canguçu, na localidade denominada Remanso. As outras duas propriedades formam um segundo grupo e estão localizadas, uma na Colônia São Domingos, no município de Morro Redondo, RS e outra na Colônia Maciel, no interior do município de Pelotas, RS.

As entrevistas foram realizadas no mês de setembro de 2017, por meio de visitas às residências/propriedades das famílias. Para a análise dos dados, primeiramente, foram feitas transcrições das entrevistas e uma leitura minuciosa das informações obtidas. Então, tendo como base as questões propostas pela pesquisa, foi feita uma classificação dos depoimentos dos entrevistados em diferentes categorias. Por fim, foram realizadas as interpretações e considerações da autora relacionadas aos aspectos teóricos que fundamentam este trabalho.

As entrevistas foram realizadas com autorização documentada dos entrevistados (APÊNDICE B), bem como as descrições das gravações de áudio foram realizadas mantendo-se literalmente as palavras e as expressões por eles utilizadas. Com a devida autorização dos agricultores/as, foram mantidos os nomes reais dos sujeitos pesquisados.

4. A VIDA DOS/AS AGRICULTORES/AS POR ELES/AS MESMOS/AS

Este capítulo está dedicado à análise dos dados gerados a partir das entrevistas realizadas com os agricultores/as agroecológicos. O procedimento de visita às propriedades possibilitou a observação do contexto familiar e produtivo dos entrevistados permitindo uma série de análises e reflexões que estão apresentados nos tópicos a seguir. O contato com esses/as agricultores/as também me ensinou (tem ensinado durante toda minha vida) diversos aprendizados que não puderam aqui ser abordados devido as dimensões temporais e estruturais deste trabalho. Como elemento complementar, para saber um pouco mais a respeito do trabalho e da vida das famílias entrevistadas, no APÊNDICE C, está elaborada uma breve descrição de suas configurações sociofamiliares.

4.1. A fundação da ARPA-SUL

“Penso que o que nos juntou foi a nossa causa em comum, essa de cuidar da terra. A gente está junto pelo mesmo objetivo. Deve ser Deus que espalha as sementinhas”. Lia Borchardt Barbosa

Conforme os relatos dos agricultores/as entrevistados, a ARPA-SUL nasce do trabalho de grupo realizado nas comunidades pela Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra – CPT¹⁰ e pela Igreja de Confissão Luterana no Brasil - IECLB por meio do Centro de Apoio a Promoção da Agroecologia (CAPA) e pelo desejo dos agricultores/as melhorarem a qualidade de vida e a situação financeira de suas famílias, bem como de saírem da dependência de monoculturas como a soja e o fumo. Como boa parte das terras desses agricultores/as estava empobrecida pelo manejo incorreto do solo, a produção agroecológica apresentou-se como uma alternativa para essas famílias se manterem no meio rural e, a partir de então, encontrarem alternativas mais adequadas para o manejo agrícola.

Em 1995, os agricultores/as foram convidados a conhecer a experiência do Centro de Agricultura Ecológica (CAE)¹¹ localizado no município de Ipê, na Serra do Rio Grande do Sul

¹⁰ A CPT foi criada para ser um serviço de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e para servir de suporte para a sua organização. Nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica, logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. (CPT NACIONAL, 2017)

¹¹ Centro de Agricultura Ecológica de Ipê é uma ONG que desde 1985, trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, mediante a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação

e a feira da Colmeia¹², em Porto Alegre. Conhecer essas experiências mostrou que era possível sistematizar um trabalho semelhante na Região Sul do Estado. Conforme a agricultora Lia,

Quando se pensou a feira da ARPA-SUL já se tinha a feira da Colmeia em Porto Alegre e daí, desde a visita para Antônio Prado e Ipê, que já se tinha um trabalho de agroecologia, vimos que eles produziam parreira nos penhascos, aí foram visitar essa feira e se apavoram que vendiam até “marcela” para chá, de tanta coisa tão comum que se vendia lá e a gente tinha isso tudo aqui. (LIA, 2017)

Para ela e para os outros agricultores/as, essa viagem proporcionou vivenciar experiências de produção agroecológica e de comercialização dos produtos naquela região, o que os motivou, a partir dali, a implementar a produção agroecológica em suas propriedades.

Outro fato importante foi que, desde o início, o processo foi pensado como um todo, ou seja, pensou-se na produção dos alimentos pelos agricultores/as, mas também se pensou nos consumidores. A esse respeito Lia explica que

[..] a partir dali foi feita toda uma campanha com a “Teia”¹³, que é a cooperativa dos consumidores, assim como teve esse povo que organizou os agricultores/as, teve o pessoal da “Teia” que teve junto desde o início pensando a rede de consumidores. Tinha um grupo de pessoas na cidade articulado para comprar. (LIA, 2017)

Em conversa com a família Schimidt Peter, a agricultora Inalda contou que

O CAPA pesquisou o lugar, foram ver um lugar bom, um lugar que as pessoas entendiam que queriam o alimento saudável e de qualidade [...] vamos tentar, vamos iniciar, vamos ver se dá certo e fincaram o pé desde o início com a gente. Nós não sabíamos fazer um molho de verdura, a escolher feijão e eles nos ensinaram. (INALDA, 2017)

Como pode-se perceber, a ação de instituições ligadas a igreja teve suma importância nesse processo. Pode-se dizer que a ARPA-SUL surgiu na esteira das organizações econômicas

ambiental e da justiça social. Através de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, o Centro Ecológico Ipê assessora organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos.

¹² A Colmeia era uma Cooperativa de Agricultores Ecológicos, fundada em 1978 na cidade de Porto Alegre. Em 1989 essa cooperativa tornou-se uma feira de agricultores ecologistas- FAE. Atualmente a feira funciona todos os sábados pela manhã na Avenida José Bonifácio, 655, bairro Bom Fim em Porto Alegre. A feira é realizada por agricultores de diversos municípios do entorno do município de Porto Alegre. Para mais acesse: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27675/000765711.pdf?sequence=1>.

¹³ A Teia Ecológica é uma cooperativa que administra um restaurante ecológico vegetariano localizado em Pelotas. A Teia processa e serve em seu restaurante somente alimentos oriundos cooperativas e associações de agricultores Agroecologistas da região de Pelotas. Para mais acesse: <https://www.facebook.com/coopteiaecologica/>

solidárias, que de acordo com Singer (2002) surgiu no Brasil na década de 1990, em resposta à crise do sistema capitalista e como forma de superação das dificuldades econômicas enfrentadas por uma parcela significativa da população, a qual buscava geração de trabalho e renda.

No dia 15 de setembro de 1995, ocorreu a primeira reunião (conforme livro de atas da instituição) constituindo a ARPA-SUL primeiramente como uma Associação Regional, sem fins lucrativos, de Produtores Agroecologistas. Constituída pela união de pessoas organizadas para fins não econômicos, configurando uma pessoa jurídica de direito privado, a ARPA-SUL tem por objetivo geral, conforme o artigo 4º de seu estatuto, “a viabilização da propriedade rural através da agroecologia, bem como a integração entre seus associados, visando a superação em conjunto dos problemas comuns” (ESTATUTO ARPA-SUL, p. 2, 1995). No artigo 5º do estatuto da instituição estão definidos os objetivos específicos da instituição:

Art. 5º - Objetivos específicos para o desenvolvimento de suas atividades:

- a) organizar a comercialização em feiras livres e mercados institucionais da produção agroecológica e artesanal de seus associados (hortaliças, frutas, tubérculos e grãos, mel e ovos, e os produtos de origem animal e vegetal, de transformação caseira como fermentados (vinho e jurupiga), sucos em geral, geleias, pães e cucas e outros similares;
- b) organizar comunitariamente o transporte;
- c) promover a troca de experiências entre os associados e técnicos;
- d) fazer o planejamento da produção junto aos associados;
- e) buscar alternativas que visem a transformação caseira dos produtos, sempre observando as normas de regimento interno e as observações as normas da legislação vigente para as produções artesanais;
- f) incentivar as tecnologias ecológicas não só entre os membros associados, mas também para que outros agricultores as aplique;
- g) atuar na transformação do ambiente sócio - cultural através da prática e na divulgação da agroecologia;
- h) promover palestras, cursos e outros eventos que divulguem a agroecologia, bem como promover atividades que busquem o desenvolvimento da agroecologia, com apresentação ao poder público de propostas de ações tendentes a buscar o crescimento econômico e o fortalecimento da pequena propriedade rural;
- i) intercâmbios com organizações pública e privada;
- j) promover a reciclagem de embalagens de vidro conforme legislação vigente, exclusivamente para fins de reaproveitamento no envasamento dos produtos artesanais produzidos pelos associados. (ESTATUTO ARPA-SUL, p. 2, 1995)

Como podemos perceber a partir dos artigos 4º e 5º do estatuto da instituição, o fim da ARPA-SUL não é comercializar a produção, mas organizar os agricultores/as para que o façam. Desse modo, desde sua constituição, os debates ocorreram na direção de constituir este espaço de comercialização. Segundo a agricultora Lia,

A partir dali [15 de setembro de 1995], durante dois meses, a gente foi construindo a possibilidade de fazer uma feira, foi um desafio e lembro como se fosse hoje o dia que abrimos a primeira feira em Pelotas na Avenida Dom Joaquim, no dia 18 de novembro de 1995”. (LIA, 2017)

Figura 2 – Feira da ARPA-SUL¹⁴ na Av. Dom Joaquim em Pelotas - RS no ano de 1997



Fonte: arquivo ARPA-SUL, 1997.

Uma das definições que emergiu daqueles debates foi que para participar da ARPA-SUL era preciso fazer parte de um grupo. O artigo 3º do estatuto da instituição define que:

Art. 3º - Os associados estão organizados em grupos segundo a sua localidade. Estes grupos podem ser formados por no mínimo três e no máximo quinze famílias de agricultores cujo os integrantes do grupo ingressam na associação na qualidade de seus associados

Parágrafo Único: os grupos a que se refere este artigo terão denominações específicas devendo o associado ao ingressar na associação indicar o grupo a qual está ligado mediante declaração firmada pelo representante do grupo. (ESTATUTO ARPA-SUL, 1995, p. 2)

A importância da organização em grupos menores permite que os agricultores/as organizem o funcionamento econômico-financeiro de forma independente dentro dos grupos, protegendo a Associação maior de possíveis prejuízos ou problemas jurídicos. Ao final de cada feira, são anotadas as sobras de cada grupo ou família (se tiver). Assim, os agricultores/as possuem controle das vendas de cada uma das famílias e da movimentação financeira do grupo.

Além disso, para que seja mantido o equilíbrio financeiro, a ARPA-SUL trabalha com um percentual de desconto sobre as vendas de cada feira, calculado da seguinte forma: inicialmente é somado o valor total das vendas de onde é subtraído um percentual de 2%, que

¹⁴ Mais imagens (históricas e atuais) da Feira Agroecológica da ARPA-SUL em pelotas estão anexas no Apêndice D deste trabalho e também disponíveis em: <https://www.facebook.com/FeiraAgroecologicaArpasul/> Acesso em: 19 de novembro de 2017.

é destinado ao fundo de manutenção da Associação. Esse desconto é realizado de forma percentual, estabelecido um processo igualitário de desconto a todos, ou seja, aquele agricultor/a que vender mais contribuirá mais para a quitação dos custos, assim como aquele que vender menos contribuirá com um valor menor.

A organização em grupos menores também garante que de forma coletiva, mas independente da Associação maior, uns ajudem aos outros, respeitando as características sociais de cada comunidade. Durante a realização das feiras, por exemplo, cada grupo possui a sua banca e se responsabiliza por operacionalizá-la, controlando a comercialização dos produtos.

Nos grupos maiores, como no caso do Grupo do Remanso que participa de três feiras semanais, está organizada uma escala entre os integrantes do grupo para a realização das feiras. Isto possibilita aos agricultores/as comercializarem sua produção nas três feiras, sem necessariamente se deslocarem a todas elas, garantindo mais tempo disponível para o manejo das propriedades.

Outro papel importante desse modo de organização a partir de grupos está relacionado à certificação participativa. A certificação da produção é feita de forma participativa via Organização de Controle Social (OCS) da Cooperativa Sul Ecológica¹⁵, a qual integra o núcleo sul da Rede de certificação ECOVIDA¹⁶.

O processo de certificação é organizado de modo que cada família possui um cadastro dentro da Rede, especificando na ficha aquilo que produz. As visitas de certificação são realizadas pelos próprios agricultores/as entre si, porém sempre de diferentes grupos, garantindo assim a idoneidade do processo.

Outro fator que influenciou os agricultores/as a fundarem a ARPA-SUL e a partir dela as feiras agroecológicas, foi a possibilidade de comercializar a produção diretamente ao consumidor, sem precisar passar por atravessadores. O agricultor Nilo Schiavon argumenta:

¹⁵A Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda., surgiu em 2001 a partir da necessidade dos agricultores familiares em organizar e planejar suas atividades produtivas, frente aos desafios colocados pelas cadeias agroalimentares industriais e dos monocultivos de tabaco e arroz. Atualmente, a Cooperativa conta com a participação de 206 agricultores cooperados, divididos em 25 grupos, contemplando oito municípios: Pelotas, Canguçu, São Lourenço do Sul, Arroio do Padre, Morro Redondo, Turuçu, Cerrito e Herval. Disponível em: <http://cooperativasulecologica.blogspot.com.br> [Acesso em: outubro de 2017]

¹⁶ A Rede ECOVIDA se concretiza basicamente a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre as iniciativas de ONGs e organizações de agricultores construídas na região Sul do Brasil. Sua formação oficial data de 1998, como resultado da articulação iniciada anos antes por essas instituições. Atualmente conta com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 340 grupos de agricultores (abrangendo cerca de 4.500 famílias envolvidas) e 20 ONGs. Em toda a área de atuação da Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas e ainda outras formas de comercialização. Disponível em: <http://ecovida.org.br> [Acesso em: outubro de 2017]

“Quando fundamos a Associação, fundamos a feira com o objetivo de eliminar o intermediário, que não adiantava a gente produzir um alimento limpo e cair numa vala comum, por exemplo uma CEASA¹⁷, um atacadista”.

A venda direta, sem intermediadores no processo, possibilita ao consumidor identificar o alimento que está consumindo. A feira constitui-se ainda como um canal que promove o relacionamento direto entre agricultor/a e consumidor/a final, fazendo-o com que possa identificar de maneira mais fácil as necessidades e desejos de seu cliente e, desta forma, aprimorar aspectos produtivos e estruturais (COLLA et al., 2007; COÊLHO e PINHEIRO, 2009).

É importante considerar também que a comercialização direta ao consumidor, a partir de circuito curto (CC) de comercialização, possibilita maior diversidade de cultivares, mas também gera alguns desafios. A esse respeito Darolt et. al. (2012) consideram que:

As propriedades em CC são mais diversificadas, trabalhando simultaneamente com uma ampla gama de produtos vegetais (olericultura e fruticultura, na maioria) e de origem animal (ovos, queijo, leite e derivados, embutidos, mel). Se, por um lado, essa alta diversificação é desejada, por ser coerente com os princípios do manejo agroecológico, por outro, torna o planejamento produtivo mais complexo. (DAROLT et. al., 2012, pg. 10).

Mesmo frente a esses desafios, os agricultores/as associados a ARPA-SUL tem conseguido manter e expandir a produção e comercialização de alimentos agroecológicos. O sucesso da feira da Avenida Dom Joaquim em Pelotas, aliado a necessidade da criação de outros pontos de comercialização, impulsionou os agricultores/as a iniciarem novos processos como a feira no município de Canguçu, objeto principal deste estudo e que será tratado detalhadamente na próxima seção.

4.2. A Feira Agroecológica da ARPA-SUL em Canguçu – RS

A Feira Agroecológica da ARPA-SUL em Canguçu teve início no dia 28 de maio de 2009 como consequência da Feira Agroecológica da avenida Dom Joaquim, em Pelotas. Segundo o agricultor Nilo Schiavon, atual presidente da ARPA-SUL, a feira de Canguçu foi

¹⁷CEASA é a denominação popular das centrais de abastecimento, que são empresas estatais ou de capital misto destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura a nível de atacado e em uma região. Para mais acesse: <http://www.ceasa.rs.gov.br>

fundada na sua gestão. Em suas palavras, o agricultor explica o porquê do surgimento dessa feira:

[...] foi mais em função do Grupo do Remanso que mora mais perto do município de Canguçu e também porque não se tinha nenhuma feira neste município. Se tinha, na verdade, uma outra experiência em 1995/1996, mas com outras cabeças, outras pessoas, outros objetivos e que não deu certo. Então pensamos em reunir não só a prefeitura, mas também as instituições, as duas igrejas (Católica e a Luterana) e as duas escolas (ETEC e Aparecida) e juntos a gente conseguiu a ter este espaço, saímos na hora com o documento para trabalhar, a licença. (NILO, 2017)

Preocupados em dar continuidade a atividade de feirantes, obter maior renda na propriedade e não desperdiçar produção, os agricultores/as associados a ARPA-SUL resolveram reorganizar a feira no município de Canguçu. Segundo o agricultor Nilo, a feira anterior (que não era agroecológica) não teve seguimento por que o trabalho não foi em grupo, as decisões eram em sua maioria determinadas somente pela prefeitura municipal, vinham de “cima para baixo”. Como pode-se perceber na fala do feirante, a conquista do espaço da feira foi uma demanda dos agricultores/as junto ao poder público municipal, com apoio de diversas instituições não governamentais, conferindo assim a legitimidade necessária para o funcionamento desse espaço de comercialização.

A participação de instituições não governamentais, neste contexto, também parece bastante importante. Peter (2011), em pesquisa sobre a organização social da agroecologia em Canguçu, considera que

A agroecologia começou a ser inserida no município de Canguçu apoiada por 3 organizações não governamentais ligadas a igreja. Sendo a pastoral do Agricultor, ligada à igreja Anglicana, a pastoral Rural ligada à igreja católica e o centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ligado à igreja de confissão Luterana no Brasil. Essas três instituições apesar de serem ligadas a diferentes denominações religiosas tinham como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar que vinha sofrendo entre a década de 1970 e 1980, uma forte redução do número de famílias que residiam no campo, forçadas pelo avanço da revolução verde essas famílias se viam obrigadas a migrarem para a cidade em busca de novas condições de trabalho e renda. (PETER, 2011, p. 19).

Atualmente a feira funciona nas quintas-feiras, das 07h30min às 13h30min sob um pavilhão (lonão) armado semanalmente pelos próprios agricultores/as em frente à Prefeitura Municipal (Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, Centro). Ela é organizada por agricultores/as Agroecologistas do interior dos municípios de Canguçu (localidade de Remanso), Morro Redondo (Colônia São Domingos) e Pelotas (Colônia Maciel).

Para melhor organização do pavilhão, os feirantes trabalham a comercialização dos produtos de forma coletiva: são montadas duas fileiras de bancas. Em uma fileira, a família Scheer e a Família Schiavon comercializam os produtos e, na outra, a comercialização é feita pelo grupo do Remanso, como pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 – Feira da ARPA-SUL em Canguçu



Fonte: arquivo pessoal - 2017

O grupo do Remanso é composto por oito famílias, sendo que destas, sete fazem a feira em Canguçu. A família Scheer e a família Schiavon transportam os produtos em veículos próprios. Já as outras sete famílias transportam os produtos de forma coletiva a partir de um caminhão que foi adquirido via ARPA-SUL. Os produtos são carregados no caminhão no fim do dia e noite anteriores ao dia da feira. Os agricultores/as responsáveis por aquela feira (do dia seguinte) dormem em Canguçu para logo cedo montar o pavilhão.

Segundo o agricultor Renato, que é um dos motoristas do caminhão,

Foi uma grande conquista a gente conseguir esse caminhão. Ele veio de um projeto do Fórum da Agricultura Familiar¹⁸. Aí a ARPA-SUL entrou com um pedido para poder usar ele. Ele foi comprado em 2011, mas para nós chegou só em 2013. Ficou dois anos parado na EMBRAPA¹⁹ esperando os documentos. Antes era bem mais difícil, porque ou a gente pagava frete de fora ou limitava a quantidade de produtos

¹⁸Composto por diversas instituições de municípios da região, o Fórum da Agricultura Familiar caracteriza-se pela realização de reuniões mensais abertas à participação das organizações (formais ou informais) de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária, quilombolas e representantes de organizações governamentais e não governamentais ligadas a este público. O grupo se reúne periodicamente para discutir e implementar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

¹⁹Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), instituição vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária que desenvolve diversos trabalhos vinculados a área de pesquisa e tecnologia na agricultura e a pecuária brasileira.

para caber na Kombi que a Associação tinha no início. A gente chegava a pagar 60% de frete (RENATO, 2017).

A feira é montada em conjunto por aproximadamente 4 pessoas. Após a armação do lonão central, monta-se as bancas (madeira e cavaletes), coloca-se um plástico de identificação (como ecológica) sob e na lateral das bancas e arruma-se os produtos em cima, os grãos e frutas de um lado e as verduras de outro, de modo que fiquem bonitos e atrativos a clientela. Os produtos (frutas, legumes, verduras, etc.) são frescos e colhidos no dia anterior a feira, transportados em caixas plásticas, acondicionados conforme o tipo e o cuidado que cada um/a precisa. Além disso, os produtos que necessitam embalagem são identificados com o rótulo da ARPA-SUL, como pode ser observado na Figura 4:

Figura 4 – Rótulo de identificação do produto



Fonte: arquivo pessoal, 2017.

Vedana (2004), em estudo sobre a Feira Live da EPATUR em Porto Alegre – RS, coloca que a rotina semanal de “fazer a feira” contém diversos elementos simbólicos que podem explicar à frequência dos consumidores à feira, como a relação de confiança entre o feirante e o consumidor e as relações sociais que se estabelecem entre ambos e, até mesmo, uma ideia de

“pureza” do alimento comprado em virtude da “possibilidade de tocá-lo, escolhê-lo, experimentá-lo com todos os “sentidos”.

Aproximadamente 50 tipos diferentes de produtos são comercializados, dentre eles frutas (laranja, bergamota, morango, lima, limão, goiaba, maçã entre outros), legumes (batata, batata doce, beterraba, cenoura, feijão, tomate, pepino), verduras (alface, rúcula, tempero, couve), sucos e processados (pães, rapaduras, doces). Um dos diferenciais da feira é que nela são comercializados somente produtos de época e dos próprios produtores, respeitando a sazonalidade da produção.

Nas palavras da agricultora Lucieli, uma das feirantes de Canguçu, *“Na feira a gente comercializa de tudo e o segredo é ter diversidade”* (LUCIELI, 2017). Essa diversidade, apesar do desafio de planejamento para o cultivo, confere certa segurança aos feirantes, visto que em caso de redução da produtividade de determinado cultivar em função das condições climáticas ou eventuais ataques de pragas ou doenças, outro cultivar pode ser comercializado garantindo a continuidade do processo.

Os preços dos produtos são estipulados baseados nos preços do mercado de produtos convencionais. No caso dos panificados, bolachas e rapaduras, por exemplo, as farinhas e derivados são comprados a granel via cooperativa Sul Ecológica. A agricultora Marcia Scheer, explica:

Se calcula o que foi gasto para fazer o pão. O valor de 5kg de farinha, quantos pães essa farinha vai render e um pouco da nossa mão de obra, por exemplo. Nos demais produtos como as hortaliças, frutas, legumes, se faz uma pesquisa de mercado e antes de cada feira reúnem um integrante de cada grupo para ver se é isso mesmo ou não. (MARCIA, 2017)

O processo de definição do preço dos produtos é consensuado entre os agricultores/as. O agricultor Marcus Scheer explica que chegar ao consenso não é difícil: *“as pessoas, são da mesma Associação, elas não são competidoras, todas buscam o mesmo ideal, todos querem vender o seu produto. Tem que ser feito algo para que todos consigam vender o seu, não adianta jogar o preço lá em cima, estamos todos remando o mesmo barco.* (MARCUS, 2017)

A esse respeito, a agricultora Lia comenta:

As pessoas que compram um produto ecológico/orgânico, elas pagam um preço justo, nunca ninguém na nossa feira vai comprar um pé de alface a 0,10 centavos, é comida, tem que valorizar, não é só um pé de alface que está ali, tem uma terra que é cuidada, pessoas, tem gente, não é uma fábrica de produzir alface. O preço vai ser acessível para que as pessoas possam comer. Mas que o preço tenha por trás toda essa história, que seja um preço justo. (LIA, 2017)

Além disso, o agricultor André acrescenta: *“Na feira, o preço é padrão para todos desde o início até o fim da feira. Entendemos que o cliente que chegar às 7 horas da manhã e o cliente que chegar às 13 horas tem o mesmo valor/importância”* (ANDRÉ, 2017). Embora exista certa consciência, por parte dos feirantes, da importância de tratar todos os clientes – do início ao fim da feira – com a mesma qualidade, comercializando produtos a um preço justo, isso nem sempre é recíproco por parte dos consumidores. Segundo André: *“Canguçu tem um grande supermercado que domina a venda de hortigranjeiros comercializando produtos com um preço menor, mas não agroecológico. Só que para algumas pessoas isso não importa tanto, o que importa é o preço”* (ANDRÉ, 2017).

Esse fato é um tanto preocupante, visto que atualmente tanto a produção como a distribuição dos alimentos estão sob o controle de poucas empresas e redes de supermercados, geralmente grandes multinacionais. Nesse sentido, Santos et. al. (2016) afirmam que:

Na atualidade, a produção mundial de alimentos é controlada por uma mesma matriz de produção e comércio de produtos alimentícios, em que poucas empresas detêm o controle do mercado. (...) estima-se que, em todo o mundo, menos de 50 grandes empresas transnacionais açambarquem o controle majoritário da produção de sementes e de insumos agrícolas e da produção e distribuição dos alimentos. São as mesmas empresas que controlam a oferta e a comercialização da soja e do milho, produzem os agrotóxicos, os transgênicos, o modelo tecnológico e monopolizam o controle geral sobre os alimentos. A comercialização da produção é feita por grandes redes varejistas, tais como Carrefour, Pão de Açúcar e Walmart, que dominam 80% da circulação de alimentos, decidindo os preços dos produtos. (SANTOS et. al., 2016 p. 104).

Segundo a agricultora Denise *“falta consciência por parte de alguns, ainda é outra realidade do que de Pelotas”*. E Gilberto complementa: *“A maioria dos moradores de Canguçu ou das pessoas que movimentam a cidade são colonos, gente que moraram no interior, que tem origem na agricultura. Se não, têm uma chacra para fora ou familiares, aí quando vem para fora, levam comida”*. Os agricultores se referem, nesse caso, a feira e o contexto social existente em Pelotas. O município possui, segundo dados do IBGE (2010), população de 343.651 habitantes e é a terceira cidade mais populosa do estado. Diferentemente de Canguçu, lá a maior parte da população mora no meio urbano. Segundo reportagem publicada no jornal Diário da Manhã²⁰, em maio de 2016, a cidade de Pelotas é um dos centros em que mais se produz e se consome alimentos naturais.

²⁰Para ver mais, acesse: <http://diariodamanhapelotas.com.br/site/agroecologia-pelotas-e-destaque-na-producao-e-consumo-de>

No entanto, Canguçu, por ocupar lugar de destaque na produção agrícola do Rio Grande do Sul e ser considerada a capital nacional da agricultura familiar, tem na Feira Agroecológica da ARPA-SUL importante espaço de valorização dos agricultores/as. A esse respeito, o agricultor Nilo avalia que *“A feira de Canguçu é importante para o município, ainda mais por ser em frente à prefeitura. Para mim ela é um espelho da agricultura familiar”* (NILO, 2017).

Cabe ressaltar que os agricultores da Feira da ARPA-SUL são agricultores familiares agroecologistas. Faz-se necessária essa ressalva visto que nem todo o agricultor familiar segue necessariamente princípios agroecológicos.

O uso da expressão “agricultura familiar” vem sendo utilizado a muito tempo. De acordo com Schneider (2003), o surgimento dela no Brasil ocorreu no início da década de 1990. Abramovay (1997) salienta que inicialmente a agricultura familiar era designada por “pequena produção”, “agricultura de subsistência” ou “agricultura de baixa renda”. Esse mesmo autor ressalta que na agricultura familiar:

A gestão é feita pelos próprios proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de amizade ou parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional na família e os membros da família vivem na unidade produtiva (ABRAMOVAY, 1997, p. 74).

Essas mesmas características poderiam ser aplicadas aos agricultores/as entrevistados, visto que todos/as eles/as fazem agricultura a partir de mão de obra essencialmente familiar. No entanto, ao se proporem a realizar agricultura de base ecológica, estes se diferenciam dos demais.

Caporal e Costabeber (2004), em publicação em que definem conceitos e princípios da agroecologia, explicam que:

Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo. É preciso ter presente que a simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos mal manejados pode não ser solução, podendo inclusive causar outro tipo de contaminação. (CAPORAL & COSTABEBER, 2004, p. 10)

Na perspectiva da agricultura de base ecológica, os esforços e recursos não são centrados apenas na mudança da base técnica, na busca por produtos voltados a um nicho específico de mercado. A preocupação dos entrevistados, como colocado anteriormente, está para além das questões comerciais. A realização das feiras com base na produção ecológica contribui para o

reconhecimento local do trabalho dos agricultores/as. Na mesma direção, na perspectiva do consumidor, como defendem Cassol e Schneider (2015, p.161), o ato de consumir em mercados alternativos, como é o caso das feiras, “ajuda os consumidores a melhor se informar sobre a natureza da agricultura em si [...] possibilitando a superação da visão romântica por vezes associada ao rural e à agricultura”.

As feiras como um espaço de aproximação entre agricultores/as e consumidores/as pode potencializar a conscientização dos consumidores, levando-os a refletir sobre suas práticas de consumo. A esse respeito, a agricultora Lia avalia que:

A feira também é um lugar de aprendizado, de troca de conhecimentos. Muitos e muitos estudantes das escolas do município de Canguçu vão até a feira conhecer o trabalho, a organização dos agricultores/as, os produtos. Tem uns que não sabem nem o que é um rabanete porque moram na cidade, naqueles apartamentos e não tem relação com a agricultura. (LIA, 2017)

A prática de consumir produtores locais, em espaços como feiras pode extrapolar a simples busca por alimentos saudáveis, limpos e diferenciados, podendo representar um importante espaço educativo e de crescimento político-social. E, como pode-se perceber, a Feira da ARPA-SUL representa um espaço com essas características.

No entanto, isso não ocorreu imediatamente. Durante todos esses anos como feirantes, muitas transformações ocorreram na vida desses agricultores/as, desde os processos de manejo agrícola nas propriedades até a forma como eles/as se entendem como indivíduos na sociedade. No tópico a seguir serão abordados alguns desses aspectos.

4.3. A dimensão social da vida na Feira: os agricultores/as e o trabalho de grupo

“Temos uma alimentação saudável, é comida viva. E o que é vida sempre traz vida de novo”. Lia Borchart Barbosa

O cultivo agroecológico exige uma mudança radical na forma de pensar a agricultura, especialmente se considerarmos as práticas de manejo agrícola convencionais decorrentes da “Revolução Verde”. Além disso, o início, em qualquer atividade, agrícola ou não, gera muitos desafios e para os agricultores/as da ARPA-SUL não foi diferente. Segundo a agricultora Denise:

No início era bem difícil, até tu aprender a trabalhar com isso, a conhecer o lugar, a conseguir produzir tanto que se precisa para as feiras. A entender que a propriedade

do Renato, por exemplo, é diferente da minha e talvez o que ele produz eu não consiga produzir, é outro tipo de solo. (DENISE, 2017)

Com o passar dos anos, no entanto, as coisas foram melhorando, principalmente em relação às condições ambientais das propriedades. Embora todos os feirantes já trabalhassem com a terra, a maioria não utilizava práticas agroecológicas. Por esse motivo, foi preciso primeiro “reaprender” a cultivar, foi preciso aproximar o dia-a-dia na lavoura com os elementos e possibilidades apresentados pelo ambiente. A esse respeito, o agricultor Nilo explica:

Hoje a propriedade gira em torno da feira. E aqui agora tem a nossa água[apontando para um córrego e um açude existentes na propriedade], quando nós chegamos aqui era um pocinho, mal dava para os animais beber a água, tinha que trazer um boi e depois o outro e agora a propriedade é uma das mais ricas em água. Isso aqui era uma voçoroca, tinha mais de 5 metros de fundura e hoje está fechada. [E, apontando para um dos pomares de pêssego, Nilo continua]. Toda essa área era capoeira, se botava fogo porque aqui não produzia nada, as pessoas que trabalhavam aqui, diziam que só tinha pedra e cobra. E desde que eu estou aqui nunca mais botamos fogo. Levamos quase sete anos para produzir as primeiras frutas. No início eu vivi trabalhando em terras de vizinhos, vendendo pêssego para a indústria, esperando um ano para receber e hoje toda a fruta que sai é para a venda direta ou para a agroindústria de suco da Miriam”. (NILO, 2017)

A consciência do potencial produtivo da propriedade e o entendimento de que a lógica estabelecida nos modelos convencionais de cultivo não é necessariamente a melhor opção, foi outro ponto importante para o enfrentamento das dificuldades iniciais. Nas palavras de Nilo:

Aqui a gente trabalha no meio do mato. Antes de eu entender como funciona, eu achava que as plantas competiam umas com as outras, mas não, não existe competição. Se não o meu mato não existia. É que botaram na cabeça das pessoas que tem que ter só um tipo de planta na lavoura e bem limpinha. (NILO, 2017)

Com o tempo, os agricultores/as foram adquirindo experiência e reconhecimento. Atualmente as propriedades dos agricultores/as que compõem a ARPA-SUL são visitadas por diferentes segmentos, universidades, escolas e instituições ligadas à pesquisa, servindo como espaço educativo e também de inspiração para outros agricultores/as trabalharem com agroecologia. A fala de Nilo ilustra essa questão:

Ano passado recebi na minha propriedade aproximadamente 1100 pessoas, gente de todos os jeitos e de muitos lugares diferentes. Quase todas as semanas tenho gente aqui, é uma troca, eles nos ensinam e nos repassam resultado de análises, resultado de amostras né e também eles aprendem, então é uma troca de conhecimentos. (NILO, 2017)

Em conjunto com os desafios de cultivo, também vieram as dificuldades de comercialização, principalmente no que diz respeito à estrutura para escoamento da produção. Como conta a agricultora Inalda: *“Já passamos por momentos difíceis, como os frios e as chuvas, quando não tínhamos o caminhão e levávamos as coisas de carroça até o salão comunitário”*. (INALDA, 2017).

Sobre as dificuldades iniciais de comercialização, a agricultora Denise, filha de Inalda, complementa:

No início, o Renato [um dos agricultores do grupo] trazia as caixas em cima da moto, atava uma borracha e vinha lá de baixo [...] olha quando a gente olha para trás e pensa o que foi feito, era coisa de louco. A gente saía às 3 horas da manhã ou antes, tinha o ônibus do Jaques que vinha buscar a gente, voltava de ônibus de linha no outro dia com as caixas. Gente como que a gente fazia aquilo tudo?! Eu chegava em casa com uma enxaqueca que nem sei. Aí a gente levava aqueles lanchinhos e aquilo azedava no calor e aí dava uma dor de estomago [...] quando eu olho para trás, nossa, hoje é uma evolução. Hoje a gente tem condições de chegar num lugar para comer, naquele tempo a gente tinha que levar lanche porque a gente não tinha dinheiro para sair para comprar alguma coisa (...) e aí eu olho para trás e penso: nossa como a gente era pobre”. (DENISE, 2017)

Embora o contentamento com a profissão que escolheram seja recorrente nas falas dos agricultores/as entrevistados, “nem tudo são flores”. O trabalho na feira exige bastante dos feirantes. Conforme Renato, *“uma das dificuldades é gerenciar o que vai ser plantado, as quantidades certas e cuidar a produção para atender todas as feiras e o ano todo”*. (RENATO, 2017)

Outro fator de dificuldade, para além de manter a produtividade nas quantidades adequadas enfrentando as variações climáticas e as características sazonais regionais, é apontado por Nilo: *“a gente passa a vida toda acordando e levantando de madrugada, é uma responsabilidade. Independente se faça sol ou chuva, vento, granizo”*. (NILO, 2017) Lia, complementa:

Nesses anos de feira, muita coisa já aconteceu, os temporais no caminho indo para a feira ou na hora de montar o pavilhão. Se tivesse um pavilhão fixo, facilitaria. Mas um pavilhão só tapado em cima, o telhado. Tinha que ter um lugar fechado para que todos os feirantes pudessem usar, o telhado na frente da prefeitura não atrapalharia em nada, até porque só seria tapado em cima. (LIA, 2017)

Aqui podemos observar a importância de políticas públicas adequadas às necessidades dos agricultores/as. Segundo os entrevistados, a reivindicação de um espaço mais estruturado para a feira é antiga, porém até hoje não se conseguiu evoluir muito a esse respeito.

Dentre os motivos elencados pelos agricultores/as sobre o porquê de eles estarem na agroecologia está a preocupação dos malefícios causados pelo agrotóxico. Em entrevista, o agricultor Nilo relata:

Antes eu trabalhava na agricultura convencional, com pêssego, feijão, milho até que me envenenei. Fui parar no hospital e foi o ano que as crianças nasceram, era 1988. Eles nasceram em uma sala do hospital e eu estava na outra envenenado e aí desde aquele tempo eu não consegui mais trabalhar naquilo”. (NILO, 2017)

Na mesma direção, Marcus explica: *“O que me fez entrar para agroecologia era que eu tinha “alergia” das máquinas costais, eu pensava que eu não era cavalo para andar de peitoral e porque era veneno, fazia mal para a saúde e fazia mal para quem comia também”.* (MARCUS, 2017)

Outro fator que fez com que os agricultores/as migrassem para a agroecologia foi a possibilidade de melhorar as condições de cultivo e manejo da propriedade e também a situação financeira da família. Conforme Lia:

No início nós sempre fomos plantador, mas vendia para o atravessador e as lavouras eram longe. O solo era empobrecido pelo plantio das monoculturas, a soja era cortada de foice e com isso não ficava palhada na terra. Com a feira temos a venda direta, o retorno rápido, podemos ver o que estamos fazendo, saber o que estamos comendo. (LIA, 2017)

A vida do agricultor/a feirante é o trabalho com a terra, mas é um trabalho que gera vida e não exige tanto dos agricultores/as, como explica a agricultora Lia:

A gente tem muito serviço na propriedade, mas é um serviço que não exige tanto esforço físico. Oportuniza que todos os integrantes da família possam trabalhar na propriedade, porque mudar alface, lavar um molho de beterraba até uma criança pode ajudar, sem contar que a gente pode estar na lavoura e comer um tomate, um morango, um melão quando tiver com fome. (LIA, 2017)

Chama muito atenção o aspecto abordado por Lia, pois coloca a perspectiva da sucessão nas propriedades. O fato de toda a família poder ajudar com o trabalho diferencia bastante de outras culturas que utilizam veneno ou exigem muito esforço físico. A esse respeito, Gilberto complementa:

O que mais me motiva é que eu investi em muitas coisas na propriedade, como o plantio de árvores e ver os filhos continuarem na propriedade. Se não fosse a feira eles não estariam mais aqui comigo, eles ajudam a recuperar coisas que a gente não via como importante. A maioria das famílias os jovens não ficam com os pais e os nossos não, os nossos tão aumentando a família. E isso é uma coisa que motiva muito.

Logo quando começamos a feira, diziam que dava para viver de meia hectare de terra e eu não acreditava e hoje eu vejo a minha filha Denise vivendo disso. (GILBERTO, 2017)

Durante as visitas às propriedades me deparei com diversas crianças “criadas na caixa da feira”, assim como eu. As famílias trabalham coletivamente nos afazeres da lavoura e em um movimento contrário ao preocupante esvaziamento do meio rural que vem ocorrendo, indicando permanência e sucessão nas atividades agrícolas que desenvolvem.

Segundo Matte e Machado (2016), em estudo sobre a temática da sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil:

De 1970 até 2010, segundo dados do Censo Populacional (IBGE, 2011), o número de jovens com até 29 anos residindo no meio rural brasileiro reduziu 43,3% entre as jovens mulheres e 46,3% entre os jovens homens. Conseqüentemente, houve um acréscimo no número de idosos no meio rural brasileiro, com um aumento de pessoas acima de 60 anos equivalente a mais de 51,9% (IBGE, 2011). Um estudo recentemente divulgado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2016) aponta que houve uma melhora na qualidade do emprego para os jovens de comunidades rurais da América Latina nas últimas décadas. Porém, alguns desafios permanecem, como trabalhos precários, salários baixos e carga horária excessiva. (MATTE e MACHADO, 2016, p. 2)

Segundo os mesmos autores, entre os principais fatores que influenciam os jovens a não permanecerem no meio rural estão a dificuldade em obtenção de terra, baixa renda, ausência de incentivo e estímulo dos pais, comparação entre os meios urbano e rural, penosidade das atividades produtivas, impossibilidade de constituir novas famílias, desigualdade de gênero, acesso ao estudo e expectativa profissional. Desse modo, o afastamento dos filhos/as das atividades da propriedade, bem como das tomadas de decisões, tem resultado em um processo de desvinculação dos jovens e conseqüente migração para os centros urbanos.

Em contraposição a este fato, no caso da ARPA-SUL, diferentemente de dados como os apresentados por Matte e Machado (2016) boa parte dos jovens querem ficar nas propriedades, dando sucessão ao trabalho dos pais. É perceptível a preocupação dos agricultores/as com a qualidade de vida, ou seja, com um trabalho que possa ser realizado por todos os integrantes da família. Não há uma carga horária estabelecida de trabalho a ser cumprida, as atividades são desenvolvidas conforme prioridade e demanda elencadas pela família. O lazer (descanso em família, passeio, festas. etc.) é uma atividade importante, assim como a dedicação da família a trabalhos voluntários na comunidade (igreja, escola, associação, entre outros espaços).

A vida comunitária, em grande parte resultado do trabalho das igrejas, permite aos agricultores/as encontrarem soluções conjuntas para os desafios do dia-a-dia. Segundo Renato:

“Se não fosse o trabalho em grupo, não teria como fazer a feira. Ainda mais que é em três dias da semana. A oferta seria limitada e não teria essa variedade de produtos. Sem contar a questão da logística”. (RENATO, 2017) E Inalda complementa: *“ o frete é muito caro, a distância não compensa, o valor, a logística. Não temos como produzir a variedade que se tem em cima do caminhão. Assim em grupo a gente divide o frete, a gente garante diversidade.* (INALDA, 2017)

O caráter comunitário do processo confere identidade, empoderamento e segurança aos agricultores/as. Costabeber e Moyano (2000), em artigo que relaciona o processo de transição agroecológica a experiências associativas de agricultura de base ecológica no Rio Grande do Sul, defendem que na agroecologia, entre outros fatores, a dimensão social tem um papel importante. Segundo estes autores:

A dimensão social contempla, também, um processo de ação coletiva de caráter identitário. Através deste, os atores estabelecem relações de interesse comum no sentido de buscar o reconhecimento, a inclusão social e a construção de alternativas orientadas a resolução de seus próprios problemas. Como exemplo disso, estaria a conquista de oportunidades para expressar seus pontos de vista, desejos, crenças e expectativas em torno ao seu futuro como agricultor e cidadão. Em síntese, a satisfação e a realização pessoal, como ganho derivado da participação cidadã na discussão, planejamento e experimentação de alternativas (sejam de aplicação individual ou coletiva, sejam de natureza tecnológica ou organizacional), poderiam representar uma importante razão social para certos tipos de mudanças por parte dos agricultores. (COSTABEBER E MOYANO, 2000, p. 10)

A convivência em grupo criou um ambiente agradável e uma amizade forte entre as famílias, ao ponto que estão a vinte e dois anos trabalhando juntos, construindo alternativas aos desafios do cotidiano. No entanto, apesar dos diversos pontos positivos, o dia-a-dia no coletivo revela também alguns percalços. Segundo André: *“Ás vezes a gente precisaria ter mais espaço na banca para expor o produto. Como somos muitas famílias no mesmo espaço e com a mesma produção, as vezes falta espaço para colocar todos os produtos da caixa”.* (ANDRÉ, 2017) Inalda pondera também que *“nem todas as famílias tem o mesmo entendimento de grupo, mas que ao mesmo tempo, com o grupo, uns fiscalizam os outros, o importante é fazer o trabalho bem feito, ter um bom produto na banca da feira”.* (INALDA, 2017)

Dessa forma, o grupo representa uma maneira de superar e enfrentar junto problemas comuns pertinentes a um agricultor/a agroecológico como questões climáticas, comerciais, sazonais, de mão-de-obra escassa, estruturais e financeiras. Através do grupo também se viabilizam espaços de qualificação e aprendizado. Sobre isso Gilberto explica que: *“Através do grupo a gente também teve contato com as pesquisas, a EMBRAPA. Até para saber o tipo de*

solo de cada propriedade, o conhecimento que a gente adquiriu”. (GILBERTO, 2017) E Inalda complementa: *“A gente debate de tudo, desde eu me reconhecer como mulher, de porquê acontece as coisas, porque teu corpo é assim. Nós estamos sempre juntos e por isso esse grupo é como se fosse uma grande família.* (INALDA, 2017)

Nesse sentido, o grupo como espaço educativo também cumpre um papel importante de preenchimento de uma lacuna histórica relacionada a educação dos agricultores/as. De modo geral, pode se dizer que a educação sempre foi “negada” ao povo brasileiro, especialmente aos povos do campo. Como lembra Reis (2004),

Basta uma rápida observação para detectar que, no oferecimento da educação para a cidade, sempre se buscaram melhores condições de ensino e aprendizagem (melhores instalações, melhores salários, mais recursos, etc.), enquanto que no campo, muitas vezes, a escola funcionava e funciona em muitos casos na própria casa dos professores, com condições mínimas de elementos que favoreçam a aprendizagem (má acomodação, limitação de espaço, falta de livros e materiais didáticos, livros didáticos voltados para a realidade urbana, etc.). (REIS, 2004, p. 30)

Muitas crianças e adolescentes deixavam a escola para ajudar nas lavouras, cuidar dos afazeres domésticos ou dos irmãos menores, enquanto os pais faziam o trabalho braçal da lavoura. “São as crianças filhas de trabalhadores, domesticas, subempregados, as que enfrentam mais e maiores dificuldades para ingressar e se manter por mais tempo na escola”. (ARROYO, 2001, p. 130).

A maioria dos entrevistados não tiveram acesso à escola e, os que tiveram, cursaram apenas os primeiros anos do primário, sempre na perspectiva de que para pegar no cabo da enxada não é preciso ir para a escola. Esse modelo educativo excludente contribuiu fortemente com o êxodo rural, pois ajudou a perpetuar o meio rural como o lugar do atraso, colocando a cidade e o trabalho urbano como sinônimo de desenvolvimento e sucesso.

Em contraposição a esse fato, os processos educativos de modo geral precisariam considerar dois preceitos fundamentais: 1) conhecimento não se transfere, mas é construído a partir de um processo “dialógico” (FREIRE, 1969) de troca de saberes entre os sujeitos; 2) a educação precisa ser desenvolvida de forma contextualizada a realidade na qual está inserida, considerando o território, suas particularidades políticas, sociais, econômicas e culturais, bem como as especificidades e singularidades dos sujeitos envolvidos. Nesse processo, o educador/a tem o papel de mediador, conduzindo/facilitando a construção dos conhecimentos.

O modelo dominante de educação rural desenvolvido no Brasil na maioria das vezes desconsidera o conhecimento e os saberes populares e coloca-se como ferramenta de difusão do modo capitalista, sobretudo no que diz respeito à “incorporação e submissão dos

trabalhadores/as do campo como força de trabalho assalariado no processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira” (BONAMIGO, 2014, p. 4).

Em contrapartida, principalmente a partir das problematizações pautadas pelos movimentos sociais ligados ao meio rural desde a década de 1980, a Educação do Campo, contrapondo-se à tradicional educação rural, vem se constituindo no Brasil sobretudo com relação a criação de uma abordagem conceitual diferenciada. E, nesse caso (de ausência dos espaços educativos formais), quem tem desempenhado o papel de educador é, muitas vezes, o extensionista.

Especialmente com os grupos de agricultores/as entrevistados para esta pesquisa, o extensionista, representado pelo trabalho desenvolvido pelas instituições ligadas as igrejas luterana e católica, como o CAPA e a CPT, parece ter abordado preceitos educativos de comunicação e extensão que caminham na contramão dos interesses e dos processos de cultivo convencional estabelecidos pela “Revolução Verde” e decorrentes dela. Na medida em que propõem, ainda na década de 1990, um debate sobre alimentação saudável, soberania alimentar e impacto dos agrotóxicos para a saúde humana, essas organizações realizaram um debate bastante audacioso, inovador e que, nesse caso, parece ter influenciado de forma muito positiva a vida dos agricultores/as.

Para compreendermos esse processo em toda a sua complexidade, seria preciso refletir sobre o entendimento que temos sobre o espaço urbano e o espaço rural. Fica evidente a importância de diferenciar e esclarecer conceitos como campo, meio rural, cidade, município, território, a fim de identificarmos com clareza de qual desenvolvimento, de qual extensão estamos falando. No entanto, considerando as dimensões deste trabalho, essas questões ou conceitos, apesar de centrais, não serão aprofundadas. Fica, a partir da experiência relatada nesta sessão, a ideia de que ensinar agricultores/as a valorizar as “bonitezas” e riquezas construídas por eles e suas famílias ao longo de gerações, valorizando a qualidade de vida e a alimentação saudável que eles mesmo produzem, parece um bom caminho para iniciar o debate sobre alternativas sustentáveis para o desenvolvimento rural.

4.4. As influências da Feira na vida dos agricultores/as

“Vocês querem ganhar dinheiro no futuro? Plantem comida! Ninguém vai encher um prato com milho e soja” – Marcia Scheer

Pensar as feiras agroecológicas como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável é um grande desafio, principalmente frente a complexidade social, política,

econômica e cultural que compõe os territórios do meio rural. Mesmo assim, considerando os diversos fatores que compõe a história desses agricultores/as nesses vinte e dois anos da ARPA-SUL é possível tecer algumas hipóteses a esse respeito, sobretudo no que se refere à qualidade de vida, à segurança e soberania alimentar e nutricional e à um maior grau de autonomia frente aos mercados externos.

A palavra qualidade de vida vem sempre associada a ideia de realização. Desse modo a qualidade de vida tornou-se um conceito popular que faz parte da linguagem do homem comum, dos especialistas aos leigos, de gente culta ou inculta. Essa disseminação do conceito é, de fato, um dos principais obstáculos à sua discussão científica, visto que ela pode estar associada às questões de saúde, lazer, situação econômica ou afetiva. Como afirma McGuire (1991, p.13), “todos têm a sua própria ideia do que é a qualidade de vida, e é nisso que reside o problema”. Altemburg (2011), em texto relacionando práticas agroecológicas e qualidade de vida, afirma que:

Parece, claro que a qualidade de vida é um objetivo fundamental para as sociedades modernas. Deste modo, pode-se dizer que ela está diretamente associada a percepção do indivíduo tanto de sua posição na vida, no contexto da cultura e nos sistemas de valores nos quais se insere, como em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. É um amplo conceito de classificação, uma vez que garantir qualidade de vida no campo é garantir a permanência do agricultor familiar na terra, afetado de modo complexo pela saúde física do indivíduo, pelo seu estado psicológico, por suas relações sociais, pelo nível de independência entre outros. Fica exposto que o termo qualidade de vida não está relacionado apenas aos bens de consumo, embora alguns deles sejam indispensáveis para nossa sobrevivência, mas sim como algo que se traduz na tranquilidade de viver (ALTEMBURG, 2011, p. 102).

Em geral, uma das falas corriqueiras nas entrevistas é que na feira “*a gente é dono do nosso próprio negócio*”. Para a agricultora Darli, por exemplo, um dos fatores importantes é “*a entrada de dinheiro todas as semanas*” (DARLI, 2017). Essa entrada regular de recursos financeiros permite aos agricultores/as organizar suas finanças mais facilmente, além de não precisarem esperar os prazos de pagamentos estabelecidos pelos atacados ou supermercados.

A esse respeito, Santos et. al. (2016) argumentam que

Os supermercados, por exemplo, para conseguirem oferecer aos consumidores melhores preços em determinadas datas especiais, reduzem de 5% a 20% o preço pago aos produtores. Além disso podem dilatar os prazos de pagamento por 40 a 50 dias após o recebimento do produto; e, se a qualidade do produto não for satisfatória, lhes é facultado efetuar a devolução do produto sem qualquer compensação para o produtor. Observa-se também um crescente aumento dos requerimentos de selos de garantia de qualidade que valorizem os produtos, o que encarece a produção, pois os produtos precisam pagar as empresas certificadoras. (SANTOS et. al., 2016 p. 118).

A boa aparência e a qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores/as da ARPA-SUL permitiu clientela fiel e fez com que as feiras se tornassem muito mais que um espaço de compra e venda. Existe comprometimento entre agricultores/as e os consumidores, assim como um vínculo de amizade e de confiança. Como defendem Darolt et. al. (2013), em artigo no qual comparam experiências francesas e brasileiras de circuitos curtos comercialização de alimentos ecológicos,

Cada vez mais o consumidor consciente busca nos mercados locais produtos ecológicos, de época e com preços justos, mas também quer adquirir produtos com a cara do produtor, em que sejam ressaltadas as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, etc. Esse conjunto de características singulares pode ser a marca local que os consumidores procuram. Não se trata apenas de um ganho em escala (quantidade), mas em qualidade. Isso cria novas relações sociais e novos valores, promovendo o resgate da autonomia dos agricultores. (DAROLT et. al., 2013, p. 13)

Para além disso, segundo os feirantes, a movimentação de vendas das feiras tem se expandido ano a ano. As movimentações financeiras do Grupo de Agroecologia do Remanso, nos anos de 2014, 2015 e 2016, estão descritas na Tabela 3:

Tabela 3 – Movimentação financeira anual

| Ano | Movimentação anual do Grupo |
|-------------|------------------------------------|
| 2014 | R\$ 237.028,00 |
| 2015 | R\$ 271.298,00 |
| 2016 | R\$ 294.224,00 |

Fonte: acervo da ARPA-SUL, 2017

Como pode-se perceber, os valores totais têm aumentado a cada ano. Para uma avaliação mais precisa dos rendimentos reais das famílias é preciso, no entanto, detalhar os custos totais, visto que os valores representados na tabela 3 representam a movimentação bruta, sem os descontos percentuais do fundo de manutenção da ARPA-SUL que é de 2%, do fundo do frete que é de 8% e dos custos de produção de cada propriedade que segundo os entrevistados é de aproximadamente 30%. Cabe ressaltar que o desconto percentual dos fundos de manutenção e frete são proporcionais à movimentação de cada família, ou seja, se uma família vender R\$

1000,00 e outra R\$ 800,00 em um dia de feira, serão descontados, para estes fundos, R\$ 100,00 e R\$ 80,00 de cada família respectivamente.

Desse modo, dividindo a movimentação bruta do ano de 2016 por doze meses e entre as oito famílias que compõe o grupo, chega-se aos seguintes valores médios por família apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Ganho médio mensal por família em 2016

| | |
|--|---------------------|
| Entrada média mensal | R\$ 3.064,83 |
| Fundo de manutenção ARPA-SUL (2%) | R\$ 61,29 |
| Frete (8%) | R\$ 245,19 |
| Custo de produção (30%) | R\$ 919,45 |
| Total líquido mensal | R\$ 1838,90 |

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

Assim, considerando em média dois integrantes economicamente ativos por família, chegamos a um ganho aproximado de R\$ 919,45 por indivíduo, o que corresponde a um valor maior do que o salário mínimo para o período (2016) que era de R\$ 880,00. Esse valor é uma média aproximada mensal. Deve-se considerar que existem variações nas rendas reais de cada família conforme as vendas. E também que há épocas do ano em que a produção e o consumo de determinados produtos são menores. Por exemplo, no inverno, a venda de rúcula é menor. Por outro lado, há períodos que a venda ultrapassa o valor estimado. Supõem-se que, se houver uma administração e um planejamento eficiente, a família terá uma renda anual equilibrada.

Outro exemplo da viabilidade da agroecologia é o cálculo do investimento e do retorno na infraestrutura. Segundo agricultor Renato, o investimento na construção de uma estufa plástica de 20m x 8m é de aproximadamente R\$ 1.000,00. O agricultor acrescenta que se nessa estufa for cultivada rúcula, em seis meses ele já pagaria o investimento, isso considerando que o ciclo de cultivo da rúcula é de três meses. Ou seja, para uma estufa com média de durabilidade de três anos, com apenas dois ciclos de plantio já se obtém o retorno do investimento.

Não menos importante para este cálculo é a produção de alimentos para o autoconsumo, visto que a alimentação das famílias é composta basicamente pelos alimentos produzidos na

propriedade. Da produção da lavoura são consumidos feijão, cebola, alho, abóbora, tomate, cenoura, beterraba, chuchu, verduras como alface, rúcula, tempero, entre outras; do pomar, frutas -bergamota, uva, laranja, morango, maçã, ameixa, entre outras e da produção animal, carnes, além do leite e ovos. “Do supermercado são comprados produtos como sal, açúcar, café, farinha, material de limpeza e higiene pessoal”, diz a agricultora Darli. Segundo a agricultora Rute, se a família adquirisse tudo o que consome em casa num supermercado, teriam uma despesa extra mensal de aproximadamente R\$ 2.000,00.

A produção de alimentos produzidos na propriedade, além de garantir uma renda indireta para as famílias, permite o processamento e reaproveitamento da produção bem como contribui para a SAN destes agricultores/as, na medida que permite o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Cabe ressaltar que na agroecologia existe uma redução do uso de insumos externos e uma busca constante por processos de cultivo sustentáveis. Na palavra de Lucieli: “Dos produtos que sobram da feira, o que a gente não utiliza para a alimentação da casa, damos para os animais, porcos, galinhas ou vira composto para a terra de novo” (LUCIELI, 2017).

Dessa forma, sem a utilização de adubos sintéticos, por exemplo, ocorre uma redução considerável nos investimentos necessários ao cultivo, reduzindo conseqüentemente risco de endividamento e o comprometimento com o mercado financeiro. A esse respeito, a agricultora Denise explica:

Claro que a gente não apresenta para a sociedade aquilo que um fumicultor apresenta. Tu não consegue tirar um financiamento no mesmo patamar que eles, por exemplo. Mas assim, eu, a vida que eu tenho, quando eu olho para eles, as responsabilidades que eles assumem, aquele monte de dívida as vezes, eu penso que eu estou muito bem, estou muito feliz assim”. (DENISE, 2017)

Schneider (2010), em artigo sobre diversificação na agricultura e desenvolvimento rural, supõe que aqueles que tiverem menos opções de renda e tipos de atividades na propriedade são mais vulneráveis. Segundo o autor, o processo crescente de interação e integração das famílias ao mercado reduz consideravelmente sua autonomia já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro para reiniciar e reproduzir o ciclo de plantio.

Como alternativa ao fato exposto acima, os agricultores podem optar por sistemas de produção diversificados, fato frequentemente observado durante as entrevistas nas propriedades. Para o agricultor Nilo:

Uma coisa muito boa na feira é que a gente comercializa de tudo, inclusive as flores. É uma venda tão importante quanto qualquer outra coisa, só que a flor eu só plantei ela aqui ou a natureza me dá de graça, não demanda de eu ficar cuidando que nem a cenoura, por exemplo”. (NILO, 2017)

Outro fator que merece aqui ser destacado é que os agricultores/as dispõem de uma alimentação saudável e rica em nutrientes, contrapondo a situação de grande parte da população mundial. Conforme Soglio e Kubo (2009),

Em geral deparamo-nos com um mundo dividido entre os que quase não comem e os que comem muito e mal. Por toda a parte, constatamos que uns não tem acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficiente para usufruírem saúde e qualidade de vida. (SOGLIO e KUBO, 2009, p. 29)

Para a agricultora Inalda, *“O melhor de tudo é poder comer coisas naturais, sem veneno e poder vender. Oferecer para as pessoas uma alimentação saudável e saber que vai fazer bem para elas. Assim como a gente tem comida boa na mesa os consumidores também terão”* (INALDA, 2017). Já para a agricultora Lucieli, a satisfação está em produzir alimentação saudável para os filhos/as. Em suas palavras: *“Hoje eu vejo que depois de tu ter filhos e ver todas as doenças que tem por aí, cada vez mais eu quero dar para eles um alimento puro. Cada vez eu me convenço mais que é nesse tipo de agricultura (ecológica) que eu quero seguir”* (LUCIELI, 2017).

As duas agricultoras (Inalda e Lucieli) evidenciam a partir de suas falas o quanto a agroecologia é capaz de contribuir para a redução da (in)SAN no meio rural. Fica clara a autonomia e as boas condições de vida e trabalho desses agricultores/as, o que se reflete na produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos e adequados à cultura local. Para além disso, a produção e a comercialização dos alimentos na feira em Canguçu, segue estratégias social, econômica e ambientalmente sustentáveis, o que promove Soberania Alimentar à população da região.

Sob uma análise crítica, alguns dos elementos acima mencionados poderiam ser questionados, sobretudo frente ao modo capitalista que impera em nossa sociedade contemporânea. Poderia se dizer que as conquistas e estratégias adotadas pelos agricultores/as entrevistados durante esses anos como feirantes são insignificantes, no sentido que descabidas de significado, mas não são.

Como afirma Lutzemberg (2001), para o grande capital, com suas *commodities* e sistemas agrícolas de integração, os agricultores/as são apenas engrenagens de uma grande

máquina, substituíveis e desprovidos de valor, justamente porque para esse sistema o que tem valor é a possibilidade de exploração dos indivíduos e não os indivíduos em si.

Nesse sentido, o grupo de feirantes agroecologistas estudado nesta pesquisa representa, entre tantos outros significados, um ponto de resistência e contraponto ao *status quo* estabelecido. E o faz por meio de uma perspectiva de economia solidária entendida aqui como um processo contínuo de luta dos trabalhadores contra o capitalismo.

Nesse embate, o exercício da autogestão é uma prática fundamental pois exige aprendizado coletivo, e a disciplina constante dos envolvidos ao ponto que os mesmos se tornem promotores do desenvolvimento do meio onde estão inseridos. Para Coelho (2006):

A Economia Solidária vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do *modus operandi* da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo (...) não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis. (COELHO, 2006, p. 1 e 2)

A Economia Solidária está, dessa maneira, associada a mercados socialmente construídos, em que as trocas estão imersas em relações sociais, e os atores atuam com certo grau de autonomia o que necessariamente passa por um processo de autogestão. Para Albuquerque (2003), a autogestão, em sentido lato, é entendida como o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. Para além da prática da autogestão, a Economia Solidária leva em conta os princípios da cooperação, da solidariedade, da sustentação econômica e da sustentabilidade ambiental, fatores bastante observados no grupo de agricultores/as pesquisado.

De modo geral, fica bastante evidente que todos eles (os agricultores/as) estão muito satisfeitos com a profissão que escolheram e com os resultados que têm obtido ao longo de vinte e dois anos de trabalho. Isto está explícito em algumas de suas falas, como a de Gilberto, por exemplo:

Não dá para ficar rico, mas é uma vida digna. Tu vai nos amigos, na feira, tu conhece todo mundo; se não tu nem tinha relação com as pessoas, tu não sai de casa. Imagina ficar sentado no galpão direto, sozinho classificando fumo...só tem a ficar louco, doente. Fica estressado, fica fazendo sempre a mesma coisa” (GILBERTO, 2017)

A fala de Gilberto representa satisfação que extrapola as questões financeiras pois recorre às diferentes perspectivas de retorno que a atividade pode oferecer, como as relações de

amizade, o reconhecimento por parte dos consumidores e a qualidade de vida. Nesse sentido, a fala de Gilberto é ecoada e reforçada pelos demais agricultores/as, como sua companheira Inalda e sua filha Denise: *“Eu sempre digo que depois que eu larguei o fumo e entrei na feira eu me senti como um passarinho fora da gaiola”* (INALDA, 2017). *“Sou feliz na minha profissão, aqui tu trabalha com vida, com coisas que num dia como hoje (de sol depois da chuva) tu quase enxerga crescer”* (DENISE, 2017).

Finalizando esse debate, sem a pretensão de ter esgotado todos os pormenores do tema, gostaria de reforçar o pensamento apresentado por Caporal e Costabeber (2004). Ao definirem alguns conceitos e princípios básicos para a Agroecologia, estes autores colocam que ela não oferece, uma teoria sobre o Desenvolvimento Rural, mas se consolida como um campo do conhecimento que se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, permitindo o estabelecimento de Marcus conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis.

Desse modo, frente ao que foi exposto até aqui, é possível dizer a Feira da ARPA-SUL em Canguçu representa um espaço de construção de autonomia, qualidade de vida e autoestima para os agricultores entrevistados. É possível perceber nesses agricultores sentimento de orgulho e pertencimento pelo que fazem todos os dias. Fecho, assim, esta seção destacando esse sentimento tão bem representado nas falas de Marcia, Nilo e Arnaldo: *“É saber que a profissão de agricultor, é uma profissão como qualquer outra, professor, doutor”* (MARCIA, 2017). *“Primeiro tu tem que abrir a cabeça, a tua forma de agir, mas hoje um dos melhores negócios que tem é esse aqui, trabalhar no meio do mato produzindo comida”*. (NILO, 2017) *“Eu com os meus 70 anos, se não fosse a feira, não sei como teria chegado até aqui, agora temos a aposentadoria, mas criei meus filhos vendendo laranja, alho, cebola...”* (ARNOLDO, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerar significa ação de refletir sobre algo. Sem a pretensão de generalizar ou esgotar a temática, a opção pela metodologia qualitativa e pelo estudo de caso da Feira Agroecológica da ARPA-SUL possibilitou-me observar que essa experiência tem muitas contribuições ao contexto social da região de Canguçu, especialmente na (re)conexão entre quem produz e quem consome.

Um ponto importante a ser destacado no contexto estudado é a ação dos movimentos sociais. Na medida em que propõem, ainda na década de 1990, um debate sobre alimentação saudável, soberania alimentar e impacto dos agrotóxicos para a saúde humana, as organizações ligadas as igrejas católica e luterana cumpriram um papel importante de mobilização social. Mais do que isso, essas instituições, a partir de um debate bastante audacioso e inovador, influenciaram de forma muito positiva a vida dos agricultores/as e o contexto da região.

Pude perceber que a agroecologia é entendida, pelos agricultores/as entrevistados, como um sistema vivo, rico em diversidade, que trabalha por uma agricultura menos competitiva e mais inclusiva, contrapondo a lógica de um modelo agrícola que privilegia somente a produção voltada ao mercado.

Cabe considerar que o atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável no tempo, principalmente se considerarmos sua grande dependência de recursos não renováveis e seu grande impacto social e ambiental. Esse modelo tem sido responsável por resultados prejudiciais ao meio ambiente, a qualidade do ar, da água, dos alimentos e da relação das pessoas com aquilo que comem.

Nesse sentido, seria muito profícuo um debate sobre o real significado da palavra desenvolvimento. Embora pareça desnecessário tal esclarecimento, a relativa ausência de um debate – acadêmico e político – abrangente e continuado no Brasil sobre esse tema, parece deixar uma grande lacuna.

Apesar de, nos últimos tempos, diversos estudos debaterem sobre o desenvolvimento rural, abordando questões como à melhoria do bem-estar das populações rurais, a qualidade de vida, a autonomia dos agricultores e a soberania alimentar das populações mundiais, isso não foi sempre assim. Por muito tempo, os debates estiveram vinculados apenas a questões como a quantidade de áreas plantadas, a produtividade, a tecnologia, a rentabilidade, entre outros tantos aspectos produtivos.

A mudança de pensamento e a aceitação de novos conceitos no senso comum da população é lenta e gradativa. Nessa direção, seria importante pensar políticas públicas capazes de garantir a SAN e a Soberania Alimentar das populações. Para além disso, é preciso que se pense como esses alimentos chegarão até a mesa dos consumidores, sistematizando a partir de reflexões científicas as experiências populares como as feiras agroecológicas.

Penso que, seria necessário um aprofundamento maior do que aquele que consegui realizar neste trabalho, para saber se experiências como as feiras realizadas pela ARPA-SUL, podem ser reproduzidas em outros contextos sociais, econômicos e culturais. No entanto, é possível dizer que, com base nos dados observados, a feira agroecológica de Canguçu contribui para a redução da (in) SAN dos agricultores/as entrevistados e seus clientes.

O direito das pessoas decidirem sobre o que produzem e consomem, a autonomia e as condições de trabalho dos agricultores, a produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos e adequados à cultura local, a preservação de sementes tradicionais (crioulas) e da biodiversidade agrícola, além da valorização de cultura e hábitos alimentares das populações, deveriam cada vez mais serem pontos centrais nos debates sobre desenvolvimento.

É preciso também desmistificar as concepções predominantes nos meios hegemônicos de que é na cidade onde se concentram as pessoas cultas e no campo os “Jeca Tatus”. O meio rural não pode continuar sendo visto como o lugar do atraso. O campo tem muito mais a mostrar.

Para além de um espaço de trabalho e produção, o meio rural é espaço de vida e expressão cultural. É preciso que se faça um retrato muito mais complexo, colorido e rico das comunidades de agricultores/as, sobretudo aqueles que desenvolvem uma agricultura de base ecológica. Trata-se de fazer uma fotografia com muito mais cores, cheiros e sabores.

É lógico que apesar do visível sucesso da feira da ARPA-SUL nesses vinte e dois anos de existência, “nem tudo são flores”. O trabalho na feira exige bastante dos feirantes e existem muitos desafios ainda a serem superados.

Uma das preocupações colocadas pelos agricultores/as, por exemplo, é a dificuldade em conseguir, em grande quantidade e variedade, sementes e mudas produzidas de forma agroecológica para o plantio. Hoje existe no mercado apenas uma cooperativa voltada à produção de sementes agroecológicas no mercado: a BioNatur²¹. Obviamente, uma única cooperativa não atende toda a demanda e isso abre novas possibilidades para um mercado ainda a ser explorado.

²¹Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Assentados pela Reforma Agrária

Outro ponto citado em quase todas as entrevistas foi que a assistência técnica poderia ser mais frequente nas propriedades. Apesar de toda a experiência e saberes acumulados, a presença do extensionista junto aos agricultores ainda se faz necessária, principalmente, se atuando como elemento aglutinador, como fizeram os movimentos sociais na década de 1990.

Assim, a fim de contribuir com a continuidade e melhoria do trabalho desses agricultores/as na Feira Agroecológica da ARPA-SUL em Canguçu, RS, atrevo-me a fazer algumas sugestões. Dentre essas sugestões, menciono a pertinência da introdução da máquina de cartão, para que os clientes possam comprar os produtos utilizando o seu cartão de crédito, de débito ou vale alimentação. Atualmente, muitos dos trabalhadores do município utilizam o vale refeição para aquisição de alimentos e, por este motivo, acabam não comprando na feira.

Na mesma direção de possibilidades sugeridas, acredito que poderia se trabalhar melhor o marketing dos produtos, buscando divulgar mais a feira e a qualidade dos alimentos oferecidos nela. Para isso, em parceria com o poder público municipal, poderiam ser realizadas mais atividades educativas nas escolas, como palestras, seminários e debates acerca da importância da alimentação saudável, da agroecologia, dos conceitos sobre SAN e Soberania Alimentar, por exemplo.

Sem a pretensão de indicar soluções e conclusões para os temas aqui discutidos, almejo que este trabalho sirva ao menos para instigar novas propostas de estudo e, quem sabe, inspirar outras feiras. Dentre tantas outras pesquisas possíveis, poderiam ser investigados temas como: qual é o papel da produção para o autoconsumo na agricultura familiar de base ecológica? Qual a quantidade de alimentos produzidos pelas famílias para o autoconsumo? Quanto a feira movimenta em recursos/benefícios para o município? Qual o custo exato de produção em uma propriedade agroecológica? Tem potencial para mais pessoas participarem da feira? Qual é a dimensão real da procura por produtos agroecológicos, ou qual produto tem maior demanda e qual tem menor oferta?

Finalizando, posso dizer que este trabalho me propiciou mais perguntas do que respostas. Certamente caberia um aprofundamento sobre as atuais políticas públicas para a agricultura e a quem elas beneficiam. Para mim, de certo modo, fica evidenciado que as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios.

Sentimentos fortes e controversos me dominam quando penso em como será o futuro do mundo daqui a alguns anos. Talvez o maior desafio que se apresenta para o desenvolvimento rural na atualidade, seja em quem dará continuidade às propriedades, especialmente na

produção de alimentos de “verdade”. A tendência atual é a industrialização, a artificialização da comida e a separação entre os espaços de produção e de consumo. O envelhecimento da população no meio rural e a dificuldade de sucessão nas propriedades, são fatores certamente preocupantes. O mundo demanda cada vez mais de alimentos. Se novos adeptos não surgirem e os jovens não ficarem nas propriedades, quem plantara nossa comida? Em que mundo viverão nossos filhos, netos, bisnetos?

Desejo que um mundo mais agroecológico!

BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e o uso do solo**. São Paulo em Perspectiva São Paulo. V.11, n 2, 2007. 78p.

ALTEMBURG, G.S.N. **A Percepção Ambiental dos Agricultores vinculados a uma Rede de Referência em agricultura familiar: uma análise sobre as práticas agroecológicas e a qualidade de vida**. Pelotas, 2011.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ANDRIOLI, A.I. **Soja orgânica versus soja transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio grande do Sul** – [Chapecó]: UFFS, 2017. 362p.

ARROYO, M. G. (Org.). **Da Escola Carente à Escola Possível**. São Paulo: Edições Loyola. 2001.

BONAMIGO, Carlos Antônio. **Possibilidades de interlocução entre educação do campo e desenvolvimento regional**. X - ANPED-Sul. 2014.

BOFF, L. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Lei n. 7.802, de 12 de julho de 1989 (lei federal dos agrotóxicos)**. Brasília, *Diário Oficial da União*, 12 jul. 1989.

BRASIL. ANVISA (AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA). **Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA), dados da coleta e análise de alimentos de 2010**. Brasília: Anvisa, 2011. Disponível em: <www.anvisa.gov.br>. Acesso em: 24 de jun. de 2017.

BRASIL. **Decreto n. 4.074, de 4 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei n. 7.802/89 (lei federal dos agrotóxicos). Brasília, *Diário Oficial da União*, 8 jan. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito Humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 set. 2006. Disponível em: Acesso em: 19 de jun. 2017.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE F. **Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH,

2010. Disponível em:
<http://www.nutricao.ufsc.br/files/2013/11/ApostilaABRANDHModulo1.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2017.

CANGUÇU, Prefeitura Municipal de. Disponível em: <http://www.cangucu.rs.gov.br/>. Acesso dia 01/11/2017

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural Sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Em: ETGES, V. E. (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p.19-52.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Ed. Circulo do Livro, 1982. 445.

Da MATTA, Roberto. **Sobre o Simbolismo da Comida no Brasil**. O Correio da Unesco, v. 15, n. 7, 1987.

COÊLHO, J.D.; PINHEIRO, J.C.V. **Grau de organização entre os feirantes e problemas por eles enfrentados nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará**. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 47, 2009, Porto Alegre: Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009.

COELHO, Júlia. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS**. Grupo de Pesquisa 13: Socioeconômica Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. 2006.

COLLA, C.; STADUTO, J.A.R.S.; JÚNIOR, W.F. da R.; RINALDI, R.N. **A Escolha da feira livre como canal de distribuição para produtos da Agricultura Familiar de Cascavel - PR**. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 45, 2007, Londrina: Anais... Londrina: SOBER, 2007.

COSTABEBER, J. A. E MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva**. Revista: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.1, n.4, p.50-60, out. /dez.2000.

DAROLT, M. R. et. al. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. Revista Agriculturas, 10(2). 2013.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

DOSSIÊ ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva). **Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde. Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br>>. Acesso em: jun. 2017.

FROHLICH, E. R. e DORNELES, S. B. (Org.). **Elaboração de monografia na área de desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. (Série Educação a Distância).

GIESEL, I. M. Comida boa em todas as mesas. Em: **Jornal: O recado da terra**. Centro de Apoio a Promoção da Agroecologia – CAPA. Erechim, abril de 2016.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia - processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

GODOY, W.I. & ANJOS, F.S. **A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local**. Revista Brasileira de Agroecologia 2(1): p. 364-368. 2002.

GOMES, A. C. **A operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto do Vale do Rio Pardo: o caso da cooperativa Leoboqueirense de agricultores familiares**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014.

HELENE, M. E. M.; MARCONDES, B.; NUNES, E. **A fome na atualidade**. São Paulo: Scipione, 1994.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, Â. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, **Anais...** Londrina. Anais: Conhecimentos para a Agricultura do Futuro, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Indicadores Sócios Municipais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em 30/10/2017.

LUTZENBERGER, J. A. **O Absurdo da Agricultura**. Estudos Avançados 15, 2001.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MASCARENHAS, G; DOLZANI, M.C.S. **Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea**. Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, v. 2, n. 4, agosto/2008, UFG/IESA p.72-87

MATTE, A.; MACHADO, D.A.J. **Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil**. Revista de Estudos Sociais | Ano 2016, N. 37, V. 18, Pag. 140

MCGUIRE, A.M. **Quality of life in women with epilepsy**. In: M.R.Trimble (Edt.). Women and epilepsy. Chichester: John Wiley & Sons. 1991

OPAS/OMS – ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Representação do Brasil. **Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos**. Brasília,1996.

PETER, D. S. **Agricultura como prática na organização da agricultura familiar: o caso do grupo agroecológico do Remanso**. TCC de graduação. PLAGEDER – UFRGS. 2011. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38160/000820041.pdf?sequence=1>.
Acesso em: 02/11/2017.

PESSANHA, L; WILKINSON. **Transgênicos, recursos genéricos e segurança alimentar - o que está em jogo nos debates?** Campinas. Armazém do Ipê, 2005.

PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar.** *UNB, BRASILIA - DF - BRASIL*. 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2017.

REIS, E. dos S. (2004). **Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável: Avaliação de uma prática educativa.** Juazeiro-Ba: Gráfica e Editora Franciscana.

RIBEIRO, E. M., et. al. **A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais.** * UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v.5, n.1, jan. /Jun. 2003

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I.; CALDAS, VELLEDA, N. **As Feiras-livres de Pelotas sob o Império da Globalização: Perspectivas e Tendências.** 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, v. 1. 197 pg. 2005.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural.** *RURIS*. V. 4, N. 1. MARÇO. 2010.

SANTOS A. M. T., et al. Segurança Alimentar e Nutricional e a Sustentabilidade. In: SOGLIO, F. e KUBO, R. R. (Org.). **Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade.** Cap. 5. Porto Alegre. Editora UFRGS. 2016

SOGLIO, F. e KUBO, R. R. **Agricultura e Sustentabilidade.** Porto Alegre. Editora UFRGS. 2009.

SOUSA N. P. et. al. **A (des) nutrição e o novo padrão epidemiológico em um contexto de desenvolvimento e desigualdades.** *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 22(7): 2257-2266, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/630/63051952018/> Acesso em: 12/11/2017.

TRIVELLATO, P. T., et. al. **Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática.** *Ciência e Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva/ABRASCO*. [Periódico na internet - 2017/Jun. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/inseguranca-alimentar-e-nutricional-em-familias-do-meio-rural-brasileiro-revisao-sistematica/16271?id=16271>. Acesso em: 02/11/2017

VEDANA, V. **“Fazer a feira”:** estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

VIGLIZZO, E. F. **La trampa de Malthus:** agricultura, competitividad y médio ambiente en el siglo XXI. Buenos Aires: Universitária de Buenos Aires, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário de entrevista semiestruturada

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ÀS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES/AS FEIRANTES DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA ARPA-SUL EM CANGUÇU

Entrevistadora: Agnes Borchardt Barbosa

Data da entrevista: _____

Integrantes da família: Quem são? _____

Idade: _____

O que fazem? _____

Quem da família vai a feira? _____

Tamanho da propriedade _____ Própria? () sim () não

Localidade: _____

- 1- Como que surgiu a feira em Canguçu? E porque surgiu?
- 2- Quais foram os motivos que levou a família a fazer parte da feira? Como que a família entrou na feira?
- 3- Que dia (s) e horário (s) acontece a feira?
- 4- Há quando tempo a feira existe?
- 5- Há quanto tempo a família frequenta a feira?
- 6- De que forma comercializa os produtos? Individual ou em grupo?
- 7- Como é calculado o valor do produto? Quem estipula o preço?
- 8- Na sua avaliação, qual o produto de maior procura (mais solicitado) pelos clientes na feira?
- 9- Como são arrumados os produtos para a feira? Lavados, embalados, encaixotados?
- 10- O transporte é próprio ou em grupo?
- 11- É utilizada alguma estratégia para manter os produtos frescos e bonitos até o fim da feira?
- 12- O que fazem com os produtos que sobram da feira? Utilizam para o consumo da casa?
- 13- Existe um cálculo do movimento financeiro da feira? Como é feito e quem faz esse cálculo?

- 14- Como é a propriedade? Tudo o que produzem é comercializado na feira?
- 15- Recebem assistência técnica na propriedade? () sim () não. Qual? De quem? Com que frequência?
- 16- Quais são as fontes de renda da propriedade? Qual a principal?
- 17- Você considera a feira importante para o desenvolvimento do município de Canguçu? Porque?
- 18- Em relação aos alimentos consumidos pela família, quanto é produzida na propriedade? Quais produtos são produzidos? Quanto é comprado de fora? Quais produtos são?
- 19- A família já teve vontade de desistir de fazer feira alguma vez?
- 20- Qual a sua avaliação sobre a feira (o que está bom, o que precisa ser melhorado)? Comente sobre o processo, o que foi marcante, quais foram as maiores facilidades as dificuldades enfrentadas pela família.
- 21- A família tem interesse em seguir fazendo feira? () sim () não. Porque?

APÊNDICE B – Modelo do Termo de Consentimento Informado utilizado nas entrevistas



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**Da roça para mesa: a produção de alimentos saudáveis a partir de uma alternativa sustentável de comercialização – o caso da Feira agroecológica ARPASUL no município de Canguçu - RS**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do Trabalho de Conclusão de Curso “**Da roça para mesa: a produção de alimentos saudáveis a partir de uma alternativa sustentável de comercialização – o caso da Feira agroecológica ARPASUL no município de Canguçu - RS**” – do Curso *Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER*, que tem como objetivo geral compreender os processos que conduziram a constituição da Feira Agroecológica da ARPASUL no município de Canguçu.

A minha participação consiste na recepção da estudante Agnes Borchardt Barbosa para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um *Trabalho de Conclusão de Curso* escrito pela estudante. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura

_____, _____ de _____ de 2017.
(local e data)

APÊNDICE C – As famílias que compõem a pesquisa

“(...)a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balanças, nem com barômetros etc. A importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em Nós. (Manoel de Barros)

FAMÍLIA SCHEER

A propriedade da família é localizada na Colônia São Domingos, no município de Morro Redondo/RS e é gerida pelo agricultor agroecológico Marcus Scheer, sua companheira Marcia Rodrigues Scheer e o filho do casal, Gustavo. Marcus tem 44 anos de idade e desde pequeno

reside e trabalha neste lugar.

Marcia tem 41 anos de idade, diplomada técnica em agricultura, abraçou a agroecologia junto com Marcus a 22 anos. O filho do casal, Gustavo, tem 17 anos e está concluindo o Ensino Médio neste ano.

A propriedade de caráter familiar, possui 37 hectares, que são partilhados com os pais de Marcus (Udo e Ilga). Existe uma grande variedade de alimentos sendo cultivados na propriedade como rúcula,

couve, alface, pepino, tomate, salsa, cebolinha, maçã, goiaba, amora, morango, banana, figo, além de panificados como bolachas, doces e rapaduras. Marcia e Marcus possuem ainda vacas de leite e frangos coloniais, todos criados com foco no bem-estar animal. Para que a família consiga atender a demanda de trabalho, contratam diaristas, sendo uma delas a irmã de Márcia que acompanha a família a mais de 20 anos. O transporte dos produtos para comercialização nas feiras é próprio e quem dirige a camioneta é o próprio Marcus que, além da feira em Canguçu nas quintas, monta a banca da feira em Pelotas nas terças e sábados e na Embrapa Clima Temperado nas quartas. Isso faz com que Marcus passe boa parte do tempo fora da



propriedade envolvido com a comercialização. Já Marcia, além de dar conta das lavouras e de ajudar em algumas das feiras, também cuida dos afazeres da casa e é a responsável pela tesouraria da ARPA-SUL. Um dos sonhos do casal é trabalhar com eventos de agroturismo e colhe-e-pague na propriedade, fato que tem se concretizado nos últimos tempos com a visita de um grupo de ciclo turistas que já realiza visitas regulares à propriedade.

Durante a entrevista, algumas das falas do casal marcaram bastante aquele dia, dentre elas, a de Marcus quando explica os motivos e as satisfações em ser feirante: *“Para mim a satisfação está em vender um produto de qualidade e ver as pessoas voltarem para comprar”* (MARCUS, 2017). Da mesma forma, Marcia me emocionou quando contou a seguinte história: *“Uma das coisas que me marcou nessas idas e vindas da feira, foi o dia em que fomos fazer uma oração, era final de ano, e eu dei a mão na roda, para uma mulher que tinha a mão muito sedosa, e eu fiquei até meio assim de dar a mão para ela, porque a minha mão era cheia de calos: Daí eu disse: ‘Nossa que mão sedosa, bonita! A minha tá toda áspera. Nisso a mulher pegou minha mão, beijou e disse: ‘Graças a essas suas mãos que eu tenho o que comer todos os dias’. Fiquei até emocionada na hora, coisas assim me marcam, porque sei que tem pessoas ali na feira que valorizam a gente, que é para muito além de ir ali comprar um produto, existe uma amizade, um companheirismo”. Outra coisa que me orgulho muito é ter seguido a profissão que me formei trabalhando no meu próprio empreendimento”*. (MARCIA, 2017)



Fotos: arquivo pessoal, 2017.

FAMÍLIA BAHR OTTO

Gilnei Otto e Darli Bahr Otto são naturais de Pelotas. Antes de virem morar no interior de Canguçu moravam na colônia Picrespo (interior de Pelotas) onde produziam alimentos para a cooperativa Sul-Ecológica. Além de agricultores agroecologistas, Darli e Gilnei eram



responsáveis pela manutenção do pátio da comunidade Evangélica de Picrespo. A convite de amigos (seu Ivo e Dona Laine) e via financiamento do Pronaf Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) a família veio morar em Remanso, onde vivem até hoje. O casal tem 3 filhos sendo que apenas

um deles (Fernando) ainda reside na propriedade. Fernando é formado em técnico agrícola. Gilnei tem 63 anos e trabalhou vários anos de mecânico na sua própria oficina. Por entender deste trabalho, hoje é ele quem faz a manutenção e reparo do caminhão da feira. Dona Darli tem 61 anos de idade, aposentada, agricultora e dona de casa. O principal legume produzido para a feira é a cenoura, além de derivados do leite como o queijo e a manteiga. Para o consumo da casa, o casal produz uma variedade de alimentos na horta.



Criam galinhas e perus. Gilnei é motorista e o membro da família que vai na feira.

Fotos: arquivo pessoal, 2017

FAMÍLIA PETER POKOWESKI

A propriedade da família, localizada em Remanso, 1º distrito de Canguçu/RS, possui apenas 0,5 hectares do qual retiram grande parte do sustento familiar. Denise Peter Pokoweski, seu companheiro Jeronimo Peter Pokoweski e os filhos Igor Fabiano e Luana Gabriela Peter Pokoweski vivem do que cultivam neste pequeno espaço de terras a partir de um planejamento astuto e bem elaborado da ocupação dos espaços de produção. O carro chefe da propriedade é a produção de hortaliças e legumes, mas a família utiliza também uma parte da propriedade dos pais de Denise (Inalda e Gilberto) para cultivos de maior escala, como feijão e milho.

Jerônimo é natural de Barão de Cotegipe. Logo quando veio morar com Denise, trabalhava de funcionário em uma madeireira, passando posteriormente a atuar exclusivamente na agricultura. Luana é estudante da Escola Técnica Estadual de Canguçu – ETEC onde cursa o Ensino Médio. Igor é estudante da Escola Família Agrícola da Região Sul – EFASUL, onde cursa o Técnico em Agroecologia no sistema da Pedagogia da Alternância. Além de agricultora, mãe e dona de casa, Denise é a responsável (do grupo de Agroecologia do Remanso) por fazer a comercialização na feira de

sábado em Pelotas (Avenida Dom Joaquim). Atua como vice - secretária da ARPA-SUL e secretária do grupo de Agroecologia do Remanso e representa este grupo nas reuniões do Conselho da Cooperativa Sul-Ecológica.

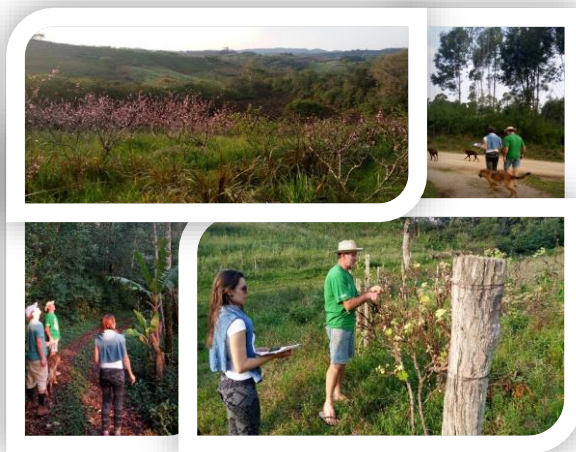
Durante estes anos de feirante, muitas coisas boas

marcaram as idas e vindas da feira para Denise. Em uma de suas falas durante a entrevista ela relata: *“É um monte de coisas que te motiva a ser agricultora e a ir na feira, tem clientes que tratam como amiga. Certo dia teve uma senhora (nossa cliente) que foi para Aparecida do Norte e me trouxe uma santinha. (Eu não sou católica), mas quando ela me deu a santinha na mão eu pensei, poh a pessoa se preocupa com a gente (...) eu me emocionei quando ela me deu aquilo. Tem clientes que te mandam mensagens no natal, te mandam mensagens de aniversário. Penso que foi a partir da feira que o vínculo com essas pessoas se criou”* (Denise, 2017)



FAMÍLIA SCHIAVON

Localizada na Colônia Maciel 7º distrito de Pelotas/RS, a propriedade é gerida pelo agricultor agroecológico Nilo Schiavon, sua companheira Márcia Schiavon e os filhos Romulo e Luana. Robson também filho do casal, não mora mais na propriedade. Luana, apaixonada por fotografias, além de trabalhar na propriedade, é atualmente aluna do curso de Educação no Campo pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) no município de São Lourenço do Sul. A propriedade é diversificada, possui 15 hectares, as quais foram adquiridas ao longo dos anos pela família. O “carro chefe” da propriedade são as frutíferas (uva, pêsego, bergamota). O excedente das frutas *in natura*, a família beneficia em sucos, doces, geleias. Além das frutíferas, plantam algumas hortaliças e legumes. Possuem agrofloresta e uma variedade de flores.



A família realiza a feira no município de Canguçu e Pelotas e na temporada das frutas, comercializam também no município de São Lourenço do Sul. Para uma melhor logística de produção a família possui um caminhão, o qual Nilo é o motorista. A família é sócia fundadora da ARPA-SUL e Nilo ocupa hoje a função de presidente desta associação. Além das feiras, fazem parte do projeto de Agroturismo, oferecem e ministram cursos e mutirões na propriedade. Recebem visitantes, parceiros, estudantes e pesquisadores de diferentes lugares do Brasil. Nilo além de um agroecologista, é um inventor das suas próprias ferramentas de trabalho. Dentre as suas “engenhocas” está a desengaçadeira de uva, premiada em São Paulo.

Fotos: arquivo pessoal, 2017

FAMÍLIA SCHIMIT PETER

A propriedade é localizada em Remanso, 1º distrito de Canguçu/RS, gerida pelo agricultor agroecologista Gilberto Schmidt Peter, sua companheira Inalda Schimdt Peter, os

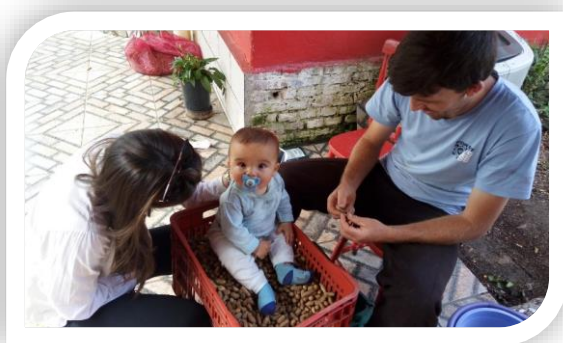
filhos Douglas, Deivid, Daiana Schimdt Peter e as noras Juliana Belasquem e Raquel e o pequeno neto Iarlei. Além destes três filhos, o casal teve mais duas meninas (Denise e Daniele e um menino (Demaicon) que já não moram mais na propriedade hoje.



Diversificada e dinâmica, a propriedade criou e cria as três gerações.

Os principais produtos comercializados na feira são o feijão, amendoim, laranja, abobora, verduras e legumes. Além da produção de alimentos para a feira, os filhos produzem tabaco orgânico. Para o sustento da casa, criam também bovinos, porcos e galinhas. Inalda e Gilberto são aposentados, ficando então a tarefa de ir nas feiras sob responsabilidade dos filhos, da filha ou das noras. Sobre suas experiências

nesses anos como feirante Inalda coloca: *“A gente faz todos os anos um churrasco quando é o aniversário da feira, onde também convidamos os consumidores a participar e como é bom ver as pessoas que estão desde o início do processo com a gente sempre lá. Não tem preço, essa vida, de tu poder sair e ter tanto reconhecimento,*



conhecimento, amigos. Se eu tivesse que dizer para alguém sobre esses anos de feira eu diria que tem que ter muita perseverança, porque existe as vezes dentro da gente uma resistência para mudar as coisas e essa mudança não é fácil, mas hoje eu olho e vejo que vale muito a pena e a comida ah a comida a gente vai ter que comer sempre”. (INALDA, 2017)

Fotos: arquivo pessoal, 2017

FAMÍLIA HOLZ

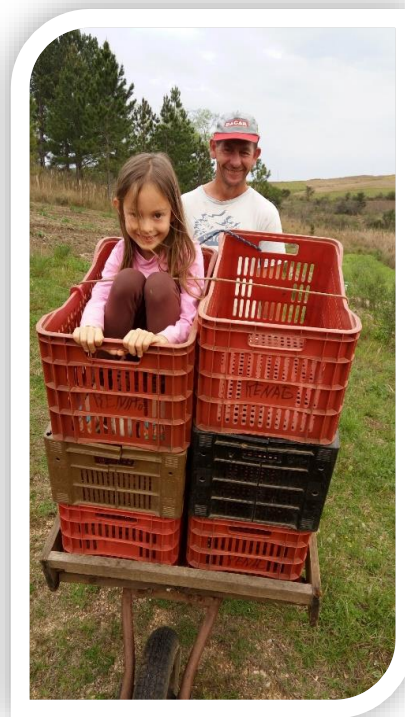
A propriedade, gerida pelo agricultor agroecologista Renato Emilio Holz, sua companheira Rute Elisabete Kruger Berch e as filhas Andrieli e Fernanda possui 10 hectares,



as quais foram herdadas do avô de Renato. Renato tem 46 anos e estudou até a 5º série do Ensino Fundamental e desde pequeno reside e trabalha na propriedade, sendo ele a 3º geração a ocupar este espaço. Rute tem 43 anos de idade, cursou o Ensino Fundamental completo, antes de casar-se com Renato morava com seus pais. Andriele tem 18 anos, estuda no 1º ano da faculdade de letras da

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e a Fernanda está no 2º ano do Ensino Fundamental.

Boa parte da produção da família é cultivada em ambientes protegidos, ou seja, em estufas plásticas devido a propriedade estar localizada uma região bastante baixa e fria. Os principais alimentos produzidos na propriedade são hortaliças (rúcula, alface, tempero) e legumes como a beterraba e o tomate. Como forma de não desperdiçar produção e agregar valor aos produtos, Rute processa o tomate em extrato e a uva em suco. Renato é um dos agricultores fundadores da ARPA-SUL e um dos motoristas do grupo de Agroecologia do Remanso. Além de agroecologista, é o responsável pela parte financeira do grupo de Agroecologia do Remanso e a cada trimestre ele apresenta o balancete de contas ao grupo (total das vendas de cada feira; despesas de combustível; pedágio; reparos e gastos do caminhão).



Fotos: arquivo pessoal, 2017

FAMÍLIA BERCH

A propriedade é localizada em Remanso, 1º distrito de Canguçu/RS, gerida pelo agricultor agroecologista Arnaldo Berch, sua companheira Silvia Berch e o filho Alessandro Berch, mais conhecido como Didi. O casal tem mais dois filhos (Silvério e Arlan) que não moram mais na propriedade.



Arnaldo tem 70 anos, estudou até a 5ª série do ensino fundamental e desde pequeno reside e trabalha na propriedade. Silvia tem 41 anos de idade, cursou o ensino fundamental completo e antes de casar-se com seu Arnaldo trabalhava como professora das séries iniciais. Didi é um dos motoristas do grupo de Agroecologia do Remanso e o responsável da família por ir nas feiras.

O cultivo de maior escala da propriedade é a laranja mas cultivam também alho, cebola, amendoim e diversos outros alimentos para o autoconsumo. Além da mão de obra familiar, a família, em

épocas de muito trabalho, contrata uma diarista, amiga do casal, a agricultora Nica.

Fotos: arquivo pessoal, 2017

FAMÍLIA CONRRADO LEITZKE

A propriedade é localizada em Remanso, 1º distrito de Canguçu/RS, gerida pelo agricultor agroecologista André Leitzke, sua companheira Lucieli Conrado Leitzke e os filhos Lucas e Alana Conrado Leitzke.



André desde pequeno reside e trabalha na propriedade. Lucieli antes de casar-se com André morava na casa de seus pais. Na propriedade moram também os pais (Ivone e Ladislau), o irmão (Marcus) e os avós (Frida e Walter) de André.

Antes de entrar para a agroecologia, trabalhavam com o cultivo convencional de milho e soja. A propriedade criou e cria as três gerações.

O casal é bastante envolvido com as atividades da IECLB e é uns dos mais jovens do grupo de Agroecologia do Remanso. O cultivo de maior escala é a produção de hortaliças e legumes. Possuem uma grande variedade de frutas, um lindo jardim de flores e uma agrofloresta. André, além de agricultor, é representante do grupo de agroecologia do Remanso na feira de Pelotas (as terças-feiras).

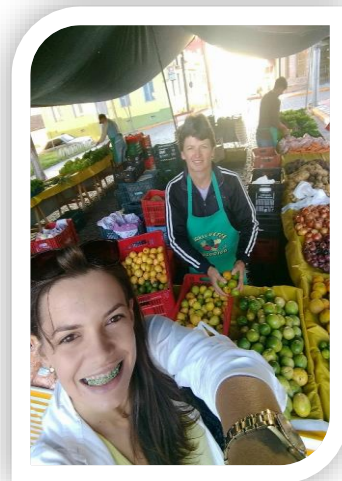


Fotos: arquivo pessoal, 2017

FAMÍLIA BORCHARDT BARBOSA

A propriedade é localizada em Remanso, 1º distrito de Canguçu/RS, gerida pelo agricultor agroecológico Nelson dos Santos Barbosa (meu pai) e sua companheira Magnerlia Borchardt Barbosa (minha mãe), mais conhecida como Lia. Ela tem 43 anos de idade, estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental e desde jovem reside e trabalha na propriedade. Nelson tem 49 anos de idade, cursou até a 4ª série. O casal possui dois filhos (Magnerson e eu).

A propriedade possui 11 hectares as quais foram adquiridas através do crédito fundiário – PNCF. Além destes 11 hectares, ocupamos uma área de aproximadamente 3 hectares que foram doadas pelos meus avós (pais da mãe), Edo e Noeli. Por ser um lugar muito baixo e frio, no inverno, boa parte dos cultivos são produzidos em estufas plásticas. Os cultivos de maior escala na propriedade são: cebola, batata doce, hortaliças, abóbora, feijão e milho. Temos um parreiral de uvas da qual fazemos suco. O processamento do suco além de agregar valor,



conserva e evita perdas da uva. A mãe e o pai possuem caixas de abelhas que produzem o mel e ajudam na polinização aberta de várias frutíferas e olerícolas. Nossa propriedade possui ainda alguns animais que servem para o consumo da casa: uma vaca, dez terneiros, seis porcos, doze ovelhas, três cavalos e uma coleção de galinhas e patos. O esterco dos animais é utilizado como fertilizante para as

plantações, juntamente com as plantas de cobertura verde.

Minha mãe Lia a muitos anos desenvolve, na comunidade, um trabalho com as crianças, realizando os encontros educativos do culto infantil da IECLB. Atualmente, além de agricultora



e dona de casa, coordena o grupo de Agroecologia do Remanso e é a responsável da família por ir na feira de Canguçu.

Finalizo este apêndice com algumas das falas que ouvi de minha mãe durante as entrevistas, essas que marcam e motivam minha mãe a ser quem ela é: *“Uma das coisas que me marcou, foi ano passado quando o feirante Neimar deu uma caixinha de presente para cada um de nós feirantes, ele era alguém novo que entrou no grupo da feira, achei um gesto muito carinhoso da parte dele. Uma forma de agradecimento pelo nosso acolhimento, apoio”*.

“Uma das características da feira de canguçu é o frio. Daí as vezes as pessoas tão em casa e tão lembrando de nós, que apesar do frio, estamos lá, perseverantes. Muitas vezes elas nos agradecem porque nos trouxemos verduras bonitas”.

“Canguçu tem comemoração ao dia de nossa Senhora Aparecida e aí nessa semana, tem uma novena, onde todos os dias de manhã ou à tardinha tem uma missa. Daí numa quinta de manhã (dia de feira) bem cedo, durante essa novena, um casal de velhinhos vieram na feira, e a mulher me deu na minha mão um pãozinho que ela tinha trazido para mim lá da igreja. Aí ela disse que queria me dar aquele pãozinho como sinal da benção de Deus e como um gesto de que Deus cuidasse da gente”. (LIA, 2017)

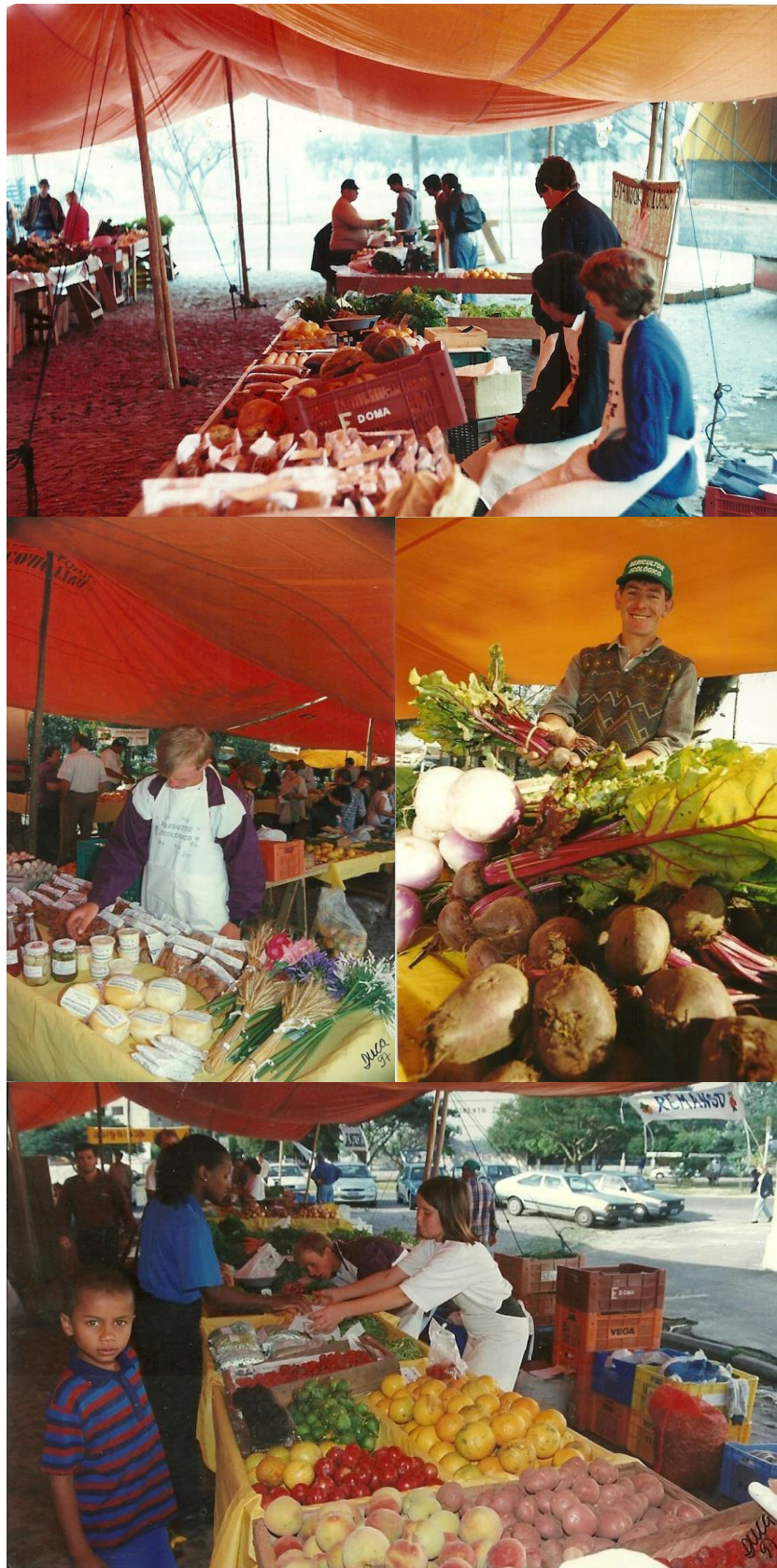


Fotos: arquivo pessoal, 2017

Obs.: Todas as famílias acima mencionadas são sócias da cooperativa Sul ecológica. As famílias pertencentes ao grupo de Agroecologia do Remanso, são membros na comunidade Luterana Advento de Remanso, igreja ligada a IECLB.

APÊNDICE D – Imagens da Feira Agroecológica da ARPA-SUL

Feira da ARPA-SUL em Pelotas nos anos 90



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 1997.

Feira da ARPA-SUL em Pelotas nos anos 90



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 1997.

Feira da ARPA-SUL em Pelotas no ano de 2011



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 2011.

Feira da ARPA-SUL em Pelotas no ano de 2011



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 2011.

Feira da ARPA-SUL em Pelotas no ano de 2011



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 2011.

Feira da ARPA-SUL em Pelotas no ano de 2012



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 2012.

Feira da ARPA-SUL em Pelotas no ano de 2013



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 2013.

Feira da ARPA-SUL em Pelotas no ano de 2014



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 2014.

Feira da ARPA-SUL em Pelotas no ano de 2015



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 2015.

Feira da ARPA-SUL em Pelotas no ano de 2017



Feira da ARPA-SUL em Pelotas no ano de 2017



Fonte: Arquivo ARPA-SUL, 2017.

Feira da ARPA-SUL em Canguçu no ano de 2017



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Feira da ARPA-SUL em Canguçu no ano de 2017



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.